guararapes

GUARARAPES CONFECÇÕES S/A

riachuelo R

midway financeira

PARA ESTAR NA MODA

TEM QUE TER BALANÇO

RESULTADOS 2011/ GRUPO GUARARAPES

guararapes
GUARARAPES CONFECÇÕES S/A

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A E CONTROLADAS
Rodovia RN 160Km 3, s/n Bloco A 1 andar - Distrito Industrial - Natal-RN - CEP 59115-900
Tel: (84) 3204-1100 - Fax: (84) 3227-2337 - CNPJ nº 08.402.943/0001-52 - I.E 20.001.611-3

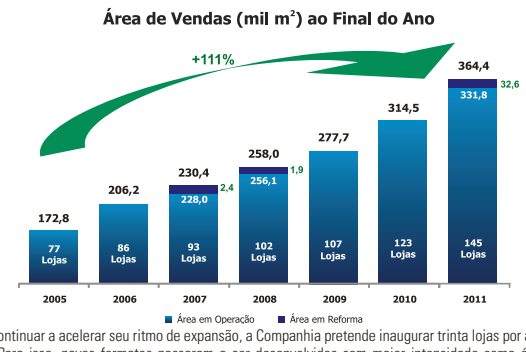
riachuelo midway financeira

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

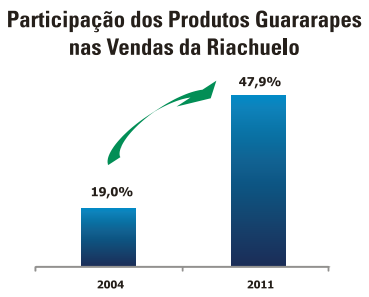
Senhores Acionistas,
Apresentamos para sua análise e apreciação o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras da GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. Individual ("Companhia") e consolidado, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

1. ANÁLISE CORPORATIVA

No decorrer de 2011, o grupo Guararapes direcionou suas ações em busca do objetivo de expandir a operação de varejo e intensificar o desenvolvimento de seu modelo integrado a fim de sintonizar ainda mais o tempo entre a concepção do produto e sua entrega nas lojas. Por isso, a Companhia vem investindo fortemente em abertura de novas lojas, remodelações, pesquisa, criação, desenvolvimento de moda, logística, tecnologia da informação, modernização de seu parque fabril e dos centros de distribuição.
Entre 2005 e 2009, a Riachuelo abriu entre 8 e 10 novas lojas por ano, com área de venda média de 2.500m². No decorrer dos últimos dois anos, porém, a Companhia intensificou o ritmo de suas inaugurações. Em 2010 foram 36,8 mil m² (16 novas lojas). Em 2011, foram 22 novas lojas e 17 reformas, totalizando o incremento de 46,7 mil m² no ano, elevando, desta forma, a metragem total da área de vendas da Riachuelo para 364,4 mil m² ao final de dezembro. Além do processo de expansão, o objetivo das reformas é preparar a área de vendas para oferecer uma maior exposição de itens por m², aumentando a variedade em contrapartida à profundidade do estoque. Sendo assim, de 2005 ao final de 2011, a Companhia aumentou sua área de vendas em 191,6 mil m² ou 111%.



Com o intuito de continuar a acelerar seu ritmo de expansão, a Companhia pretende inaugurar trinta lojas por ano no decorrer de 2012 e de 2013. Para isso, novos formatos passaram a ser desenvolvidos com maior intensidade como é o caso das lojas compactas, com cerca de 1.500 m² e, também, da primeira Riachuelo Mulher, que será inaugurada no segundo semestre de 2012.
O posicionamento de mercado da Riachuelo trabalha o conceito de popularização da moda, oferecendo para as diversas classes sociais todos os atributos fashion a preços competitivos com o intuito de atrair o consumidor de moda do mercado informal para o formal. Acompanhando as últimas tendências internacionais, o Grupo realizou parcerias com designers considerados referência no cenário da moda brasileira. A Riachuelo vem trazendo ao mercado uma proposta totalmente democrática, oferecendo aos clientes de todo Brasil, peças com design a preços acessíveis, mantendo a essência de uma parceria entre uma rede Fast-Fashion e grandes estilistas.
No segundo trimestre de 2011, a Companhia lançou uma coleção com a estilista Cris Barros, uma das mais importantes da atualidade, resultando em uma coleção urbana, cosmopolita e muito desejável. No evento Namorados, uma nova parceria com Cris Barros e coleções especiais e limitadas desenvolvidas por Pedro Lourenço e Thais Gusmão foram os destaques.
No final do ano, a Riachuelo criou o Fashion Five, projeto que reuniu um time com cinco grandes estilistas brasileiros para desenvolver uma coleção especial com cerca de 10 looks cada, em uma linha festa. O projeto contou com a participação de André Lima, Huis Clos, Juliana Jabour, Maria Garcia e Martha Medeiros, nomes reconhecidos no Brasil e internacionalmente e que fazem parte do calendário de moda brasileiro.
Vale destacar que o desempenho dessas parcerias comerciais vai além do enorme sucesso alcançado em suas vendas. O ganho de imagem de moda junto a um público jovem cada vez mais atento e consciente no que diz respeito aos aspectos ecológicos e sociais é o grande trunfo gerado por tais estratégias.
Desta forma, tais parcerias firmaram ainda mais o compromisso do Grupo Guararapes de contribuir de forma ativa para o desenvolvimento sustentável de seu modelo de negócio tanto na esfera ambiental quanto social. Através de um modelo integrado que gera mais de 37 mil postos de trabalho formais, a Companhia busca ganho de eficiência e competitividade priorizando o desenvolvimento e a confecção de seus produtos através de processos e matérias-primas favoráveis ao meio-ambiente.
Em continuidade ao processo de integração, no decorrer de todo o ano, 100% da produção da Guararapes foi destinada à Riachuelo, proporcionando uma completa sinergia entre as operações do grupo. Tal estratégia gera uma flexibilidade de operação em três vertentes de produtos: Vale a Pena, básicos com possibilidade de estocagem sazonal; Coleções, seguindo as principais tendências de cada estação; e Fast Fashion, atendendo às necessidades instantâneas de moda. A importância desta estratégia reflete-se na participação dos produtos Guararapes nas vendas da Riachuelo que saiu de 19,0% ao final de 2004 para expressivos 47,9% ao final de 2011.



O desenvolvimento de parcerias com fornecedores internacionais também foi outro destaque positivo de 2011. No início do ano, a Riachuelo inaugurou seu escritório de compras em Shangai, China, com o intuito de complementar seu mix de produtos, principalmente básicos, com estrutura de custos atrativa.
Em relação à operação financeira, a partir de 2010 a Midway Financeira passou a oferecer o cartão embandeirado aos seus clientes em parceria com as bandeiras Visa e Mastercard. Tal projeto evoluiu de maneira consistente no decorrer do ano. A Midway Financeira totalizou a emissão de 1,1 milhão de unidades, dando continuidade à conversão de sua base de private labels para embandeirados. O plano de negócio contempla a emissão de um milhão de cartões a cada 12 meses.
A base de Cartões Riachuelo é um dos principais ativos da companhia, pois estabelece um relacionamento de longo prazo com uma quantidade crescente de clientes, atualmente 19,8 milhões (dezembro/2011). Adicionalmente, os serviços financeiros merecem destaque na estratégia do grupo visto a grande oportunidade gerada pelas operações de vendas a prazo com juros, crédito pessoal, seguros, entre outros.
A evolução da estrutura de capital foi outro destaque do ano. A Companhia encerrou 2011 com um saldo de Empréstimos e Financiamentos de R$563,1 milhões (Curto Prazo R$137,1 milhões e Longo Prazo R$426,0 milhões), sendo quase a totalidade proveniente do BNDES. Com este movimento, o grupo Guararapes reafirma o compromisso de acelerar seu ritmo de investimentos em busca de uma maior consolidação do mercado, gerando mais empregos e contribuindo para uma maior formalização do setor.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1. Guararapes

A Guararapes é a maior empresa de moda do Brasil. Controla integralmente a rede varejista Riachuelo. Em linha com a estratégia de integração adotada, 100% de sua produção foi destinada às lojas do grupo no decorrer de 2011.

Produção

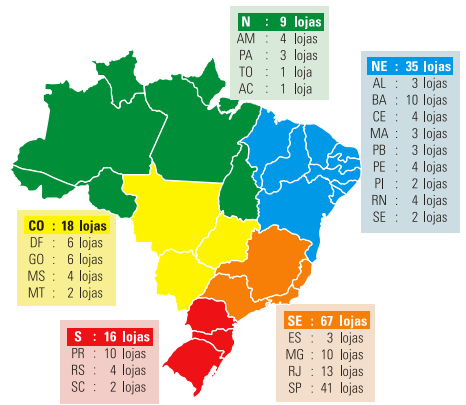
Em 2011, a **produção** da Guararapes totalizou **48,2 milhões de peças**. Nos últimos anos, a Companhia investiu fortemente na modernização de seu parque fabril, através da aquisição de maquinários de última geração que proporcionam aumento de produtividade e maior desenvolvimento de moda em suas peças. Novas máquinas de bordado automatizado, elaboração de detalhes a laser e corte automático são apenas alguns exemplos de inovação já implementados com o objetivo de atender às necessidades da Riachuelo de forma cada vez mais otimizada, resultando no desenvolvimento de mais de 10.000 novos modelos por ano.

2.2. Lojas Riachuelo

A Riachuelo encerrou o ano com **145 lojas** em operação. Conforme previsto, a Companhia **inaugurou vinte e duas lojas** em 2011, totalizando **364,4 mil m²** em área de vendas ao final do período.

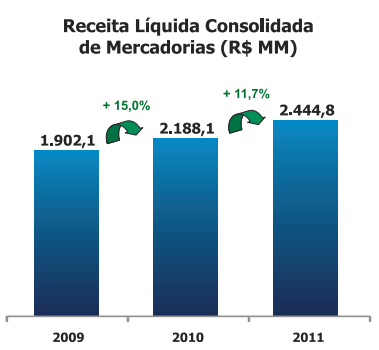
Novas Lojas 2011	Inauguração	(m²)
1 - Rio de Janeiro/RJ - West Shopping Rio	10 de fevereiro	2.260
2 - Canoas/RS - Canoas Shopping	8 de abril	2.386
3 - Barueri/SP - Shopping Tamboré	28 de abril	2.528
4 - Campo Grande/MS - Campo Grande Norte Sul Shopping	25 de maio	2.725
5 - Campos dos Goytacazes/RJ - Boulevard Shopping Campos	31 de maio	1.889
6 - Valparaíso de Goiás/GO - Shopping Sul	01 de junho	2.470
7 - Caruaru/PE - North Shopping Caruaru	04 de agosto	2.316
8 - Resende/RJ - Shopping Pátiomix Resende	15 de setembro	1.298
9 - Rio Branco/AC - Via Verde Shopping	08 de novembro	2.362
10 - São Caetano do Sul/SP - Park Shopping São Caetano	09 de novembro	1.734
11 - Itabuna/BA - Shopping Jequitibá	17 de novembro	2.297
12 - Uberaba/MG - Shopping Center Uberaba	18 de novembro	2.148
13 - Rio de Janeiro/RJ - Jardim Guadalupe Shopping	24 de novembro	2.637
14 - Caraguatatuba/SP - Serramar Park Shopping	25 de novembro	1.316
15 - São Paulo/SP - Mooca Plaza Shopping	29 de novembro	2.188
16 - Barueri/SP - Parque Shopping Barueri	30 de novembro	2.366
17 - São Vicente/SP - Brisamar Shopping	30 de novembro	1.195
18 - Ponta Grossa/PR - Palladium Shopping Center	01 de dezembro	1.619
19 - Rio de Janeiro/RJ - Shopping Nova América	06 de dezembro	2.444
20 - Serra/ES - Shopping Mestre Álvaro	06 de dezembro	1.948
21 - Montes Claros/MG - Montes Claros Shopping Center	16 de dezembro	1.531
22 - São Luís/MA - Shopping da Ilha	20 de dezembro	3.031

O processo de expansão reflete o objetivo da Riachuelo de conquistar novos mercados e consolidar suas posições regionais através da inauguração e remodelação de unidades. Vale lembrar que o período de maturação de uma nova loja é de aproximadamente cinco anos, o que torna tais áreas um elemento de relevante importância na definição do ritmo de crescimento das vendas da Companhia. Ao final de dezembro de 2011, a Riachuelo contava com **39%** de sua área de vendas com **idade entre um e cinco anos**.



Receita Líquida

A **receita líquida consolidada de mercadorias** totalizou **R$2.444,8 milhões** em 2011, **11,7%** acima do registrado em 2010. No critério "mesmas lojas", o crescimento foi de **2,8%** (**3,9%** excluindo o impacto negativo das reformas). A performance de vendas apresentada no ano foi determinada por dois momentos distintos. Antes do dia dos pais, entre janeiro e a primeira quinzena de agosto, a Companhia apresentou aceleração significativa em seu ritmo de vendas. A partir da segunda quinzena de agosto, o cenário se tornou mais desafiador, com maior dificuldade de atração de fluxo e de conversão em vendas.



A **margem bruta consolidada de mercadorias** registrou aumento de **0,8 p.p** no ano, passando de 52,3% em 2010 para **53,1%** em 2011, como consequência do desenvolvimento do modelo integrado, da melhora do processo de alocação de estoques, da busca constante por **maior variedade de itens expostos** por m² de área de vendas e da complementação de produtos importados no mix da Riachuelo.
No ano de 2011, os produtos Guararapes representaram **47,9%** da venda total da Riachuelo, ante 50% registrado no ano de 2010. Vale destacar que tal comportamento está contemplado no planejamento da Companhia para os próximos anos uma vez que a operação de varejo deve crescer em um ritmo maior que a capacidade instalada de produção da Guararapes.

2.3. Midway Shopping Center e Imóveis Próprios

Localizado no mais importante cruzamento da cidade de Natal-RN, formado pela Av. Senador Salgado Filho e pela Av. Bernardo Vieira, eixos estruturais da malha viária da cidade, o Midway Mall tem excelentes condições de acessibilidade e está, no máximo, a quinze minutos dos principais bairros, fazendo com que todo o perímetro urbano esteja no raio de sua área de influência.
Inaugurado em 27 de abril de 2005 e atualmente com a quase totalidade de sua área bruta locada, o Shopping dispõe de 231 mil m² constituídos por três pavimentos em operação destinados a lojas satélites, treze lojas âncoras, praça de alimentação e serviços diversos. O terceiro pavimento, expandido em 2010, abriga sete salas de cinema (Cinemark), cinco novas âncoras, lojas satélites e um completo espaço gourmet composto por renomados restaurantes da cidade.
Ainda no terceiro piso, o Midway Mall conta com o Teatro Riachuelo, a mais moderna e completa casa de espetáculos de Natal. Inaugurado em dezembro de 2010, o espaço tem capacidade para até 3.500 espectadores, dependendo de sua configuração. Através deste empreendimento, o shopping busca consolidar seu mix de lazer, entretenimento e cultura, proporcionando ao público uma ampla variedade de shows e espetáculos através de uma administração especializada em parceria com operadores com grande experiência no segmento.
A seguir, segue tabela demonstrando a evolução de suas receitas e de seu EBITDA. Vale ressaltar que as receitas e despesas referentes à operação do shopping são consolidadas, respectivamente, nas linhas de "Receita Bruta" e de "Despesas Gerais e Administrativas".

Midway Mall (R$ Mil)	4T11	4T10	Var. (%)	12M11	12M10	Var. (%)
Receita Líquida de Aluguel e Luvas (R$ Mil)	13.688	11.792	16,1%	42.612	35.642	19,6%
EBITDA (R$ Mil)	13.208	9.443	39,9%	39.518	31.252	26,4%
Margem EBITDA	**96,5%**	**80,1%**	***16,4 p.p.***	**92,7%**	**87,7%**	***5,1 p.p.***
ABL (mil m²)	65,7	65,7	0,0%	65,7	65,7	0,0%
EBITDA/ABL (R$/m²)	**201,1**	**143,8**	**39,9%**	**601,7**	**475,8**	**26,4%**
NOI (R$ Mil)	13.045	10.839	20,3%	39.192	32.783	19,5%
Margem NOI	**95,3%**	**91,9%**	***3,4 p.p.***	**92,0%**	**92,0%**	***0,0 p.p.***

Além da operação do Shopping Center, o grupo destaca-se por possuir um portfólio representativo de lojas em imóveis próprios. Dentre as 145 lojas (final de 2011) da Riachuelo, 46 estão instaladas em imóveis pertencentes ao grupo. Desta forma, dos atuais 364,4 mil m² de área de vendas total (final de 2011), 116,8 mil m² (32%) referem-se às lojas localizadas em imóveis próprios. Considerando tais imóveis, juntamente com os três centros de distribuição e as seis plantas de produção industrial, a Companhia possui aproximadamente 800 mil m² em área bruta construída.

	Quantidade	(%)
Lojas em Imóveis Próprios	**46**	**32%**
Lojas em Shopping	8	6%
Lojas em Rua	38	26%
Lojas em Imóveis Alugados	**99**	**68%**
Lojas em Shopping	96	66%
Lojas em Rua	3	2%
Total de Lojas	**145**	**100%**

2.4. Transportadora Casa Verde

A Transportadora Casa Verde - TCV - é responsável por parte da logística do grupo e, devido aos investimentos realizados nos últimos anos, principalmente em tecnologia, é capaz de entregar regularmente os produtos fabricados pela Companhia para as Lojas Riachuelo de forma bastante eficaz. Ao final de 2011, a TCV contava com 103 caminhões próprios e 30 carretas.

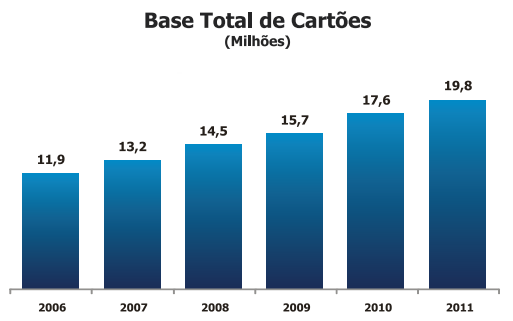
2.5. Midway S.A - Crédito, Financiamento e Investimento

A Midway Financeira S.A. foi criada em Janeiro de 2008 e iniciou suas operações em julho deste mesmo ano. Sua fundação tem como objetivo realizar as operações de financiamento aos consumidores dos produtos e serviços de sua controladora, Lojas Riachuelo, buscando os recursos financeiros mais adequados para o suporte de tais transações.
No decorrer de 2011, a Companhia continuou a gerenciar seu estoque de provisões para devedores duvidosos com o intuito de manter a relação PDD x Saldo da Carteira nos patamares adequados em relação ao nível de risco das operações. Com o objetivo de melhor ilustrar o processo de constituição da provisão para devedores duvidosos, segue tabela contendo a abertura da carteira por faixa de atraso e seus respectivos estoques de provisão. O quadro traz ainda uma comparação da relação PDD x Saldo da carteira com os níveis mínimos exigidos pela resolução 2.682 do BACEN.

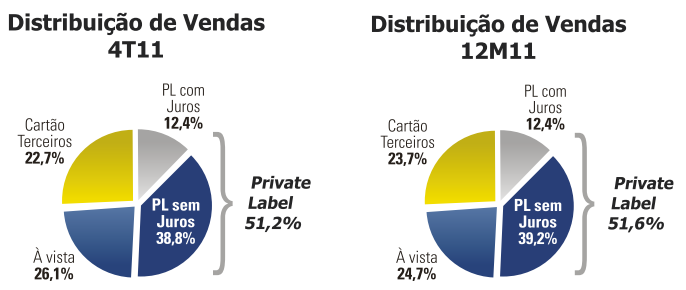
Dezembro de 2011					Saldo PDD (%) Mínimo requerido (Bacen)	
			Saldo	Saldo		Saldo PDD (%)
Faixa de atraso (dias)	Risco	Carteira	PDD	PDD (%)	Risco	Mínimo requerido (Bacen)
em dia	A	799.606	25.892	3,2%	A	0,5%
15-30	B	31.288	2.288	7,3%	B	1,0%
31-60	C	27.025	2.695	10,0%	C	3,0%
61-90	D	23.521	4.026	17,1%	D	10,0%
91-120	E	22.847	8.903	39,0%	E	30,0%
121-150	F	19.591	12.719	64,9%	F	50,0%
151-180	G	14.427	13.110	90,9%	G	70,0%
181-360	H	105.801	105.801	100,0%	H	100,0%
Dezembro de 2011 Total		**1.044.104**	**175.433**	**16,8%**		
Até 180 dias		**938.303**	**69.632**	**7,4%**		
Índice de Cobertura (Vencidos há mais de 90 dias)*						**107,8%**
Saldo PDD x Mínimo requerido (Bacen)						**125,3%**

* PDD Total sobre créditos com atraso superior a 90 dias (E-H)

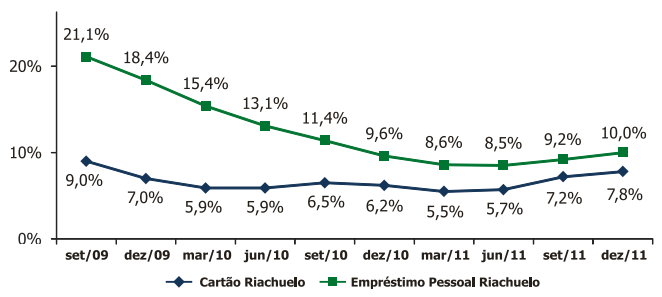
Conforme ilustrado, a Midway Financeira possui estoque de provisão superior ao patamar mínimo estabelecido pelo Banco Central para todas as faixas de volume de carteira (A-H). Sendo assim, a Companhia encerrou o ano com **saldo de PDD 25,3% acima do mínimo requerido pelo BACEN** com **provisão total** suficiente para cobrir **107,8%** dos créditos em atraso superiores a 90 dias. O estoque de provisão continuou em linha com o apurado no 3T11, passando de **7,8%** sobre a carteira com vencidos até 180 dias para os atuais **7,4%**.
No decorrer de 2011, a Companhia emitiu **2,2 milhões de novos cartões Riachuelo**. Ao final do exercício, a base total de cartões da Riachuelo totalizou **19,8 milhões** de unidades. O **ticket médio** do Cartão Riachuelo atingiu **R$128,33,** registrando um aumento de **10,2%** sobre os R$116,51 referentes a 2010.



O **Cartão Riachuelo** obteve participação de **51,2%** no quarto trimestre de 2011 ante 51,7% referente ao 4T10. No acumulado de janeiro a dezembro de 2011, o Cartão Riachuelo alcançou a participação de **51,6%** ante 53,3% reportado em 2010. A **participação das vendas com juros** sobre a venda total atingiu **12,4%** no 4T11 e **12,4%** no período acumulado de janeiro a dezembro.
A redução da participação do *Private Label* é decorrente do período de construção da base de cartões referente às lojas recém inauguradas e da crescente penetração de cartões embandeirados nas mais variadas faixas de renda da população. Sempre é importante lembrar que, durante a fase de maturação de uma nova unidade, é natural haver uma maior concentração de compras através de cartões de terceiros ou até mesmo em espécie, uma vez que parte significativa dos clientes ainda não possui o Cartão *Private Label*.



O gráfico seguinte ilustra o comportamento do nível de perda proveniente das operações do Cartão Riachuelo e de Empréstimo Pessoal. Os valores expressos indicam o percentual vencido a mais de 180 dias em relação ao total de recebimento previsto para o respectivo período.

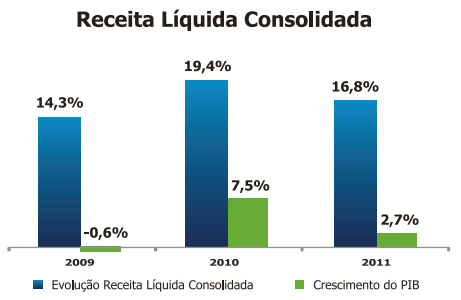


O **nível de perda do Cartão Riachuelo** encerrou 2011 em **7,8%**, em linha com o inicialmente esperado pela Companhia e em conformidade com o estoque de provisão atual. O **nível de perda das operações de empréstimo pessoal** registrou **10,0%** em 2011, 0,4 p.p. maior que o apresentado no mesmo período do ano anterior. **A carteira de empréstimo pessoal** incluindo os encargos **cresceu 90,6%** no período, totalizando **R$99,7 milhões** ao final de dezembro de 2011(**R$77,6 milhões** sem considerar encargos).

3. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO GRUPO

3.1. Receita

No ano de 2011, a **receita líquida consolidada** totalizou **R$3.046,0 milhões**, **16,8%** maior que os R$2.608,0 milhões apurados no mesmo período de 2010. A receita líquida consolidada é composta pela receita líquida da Midway Financeira (R$558,6 milhões em 2011), pela receita líquida do Midway Mall (R$42,6 milhões em 2011) e pela receita líquida de mercadorias (R$2.444,8 milhões em 2011).



3.2. Resultado operacional e EBITDA (LAJIDA)

Em 2011, o **EBITDA** (LAJIDA) consolidado totalizou **R$603,1 milhões** no período ante R$557,5 milhões registrados em 2010, representando um crescimento de **8,2%.** A **margem operacional consolidada** atingiu **15,3%** em 2011. A seguir, conciliação do lucro operacional com o EBITDA (LAJIDA) para os exercícios de 2011 e 2010.
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada:

	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	Var. %	2011	2010	Var. %
Receita Líquida	903.536	808.295	11,8%	3.046.024	2.607.984	16,8%
Lucro bruto	230.758	217.518	6,1%	1.747.840	1.492.583	17,1%
Margem bruta	**25,5%**	**26,9%**	-	**57,4%**	**57,2%**	
Lucro operacional	379.208	363.864	4,2%	466.376	453.168	2,9%
Resultado financeiro	(3.938)	(1.412)	178,9%	13.038	1.876	595,0%
EBIT (LAJI)	**375.270**	**362.452**	**3,5%**	**479.413**	**455.044**	**5,4%**
Depreciação e amortização	25.754	20.927	23,1%	123.659	102.424	20,7%
EBITDA (LAJIDA)	**401.024**	**383.379**	**4,6%**	**603.072**	**557.468**	**8,2%**
Margem operacional	**42,0%**	**45,0%**	-	**15,3%**	**17,4%**	
Lucro líquido	**363.852**	**337.795**	**7,7%**	**363.852**	**337.795**	**7,7%**
Margem líquida	**40,3%**	**41,8%**	-	**11,9%**	**13,0%**	

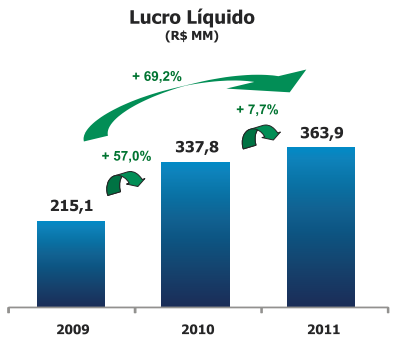
3.3. Investimentos

No período de janeiro a dezembro de 2011, os **investimentos** do grupo em ativos fixos totalizaram **R$306,2 milhões**. Deste montante, **R$274,0 milhões (89%)** foram destinados à Riachuelo, sendo **R$146,6 milhões** alocados no processo de abertura de novas lojas e outros **R$107,0 milhões** no processo de **remodelação de filiais**.

Investimentos	12M11	Part. (%)	12M10	Part. (%)
Lojas Novas	146,6	48%	109,7	61%
Remodelações	107,0	35%	12,2	7%
TI	10,9	4%	7,5	4%
Reformas Gerais	7,0	2%	12,1	7%
Outros	2,5	1%	8,8	5%
Total Riachuelo	**274,0**	**89%**	**150,2**	**83%**
Guararapes	32,2	11%	31,1	17%
Total	**306,2**	**100%**	**181,3**	**100%**

3.4. Lucro líquido

O **lucro líquido consolidado** atingiu **R$363,9 milhões** em 2011, **7,7%** maior que os R$337,8 milhões apurados em 2010. Desta forma, a **margem líquida** calculada sobre a receita líquida consolidada foi de **11,9%** em 2011 ante 13,0% referente a 2010.



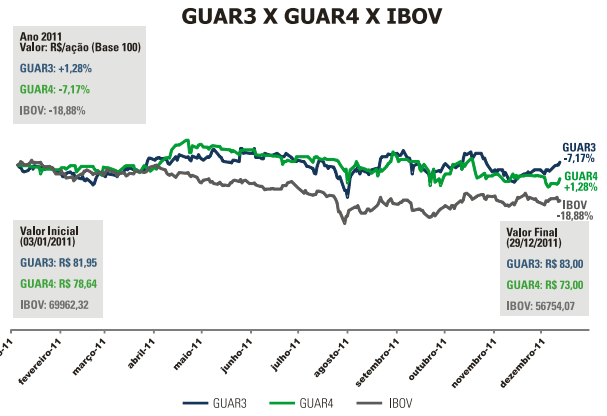
3.5. Dividendos

A Administração propõe à Assembléia Geral Ordinária a distribuição de dividendos no montante total **de R$76,1 milhões**, equivalentes a **R$1,16** por ação ordinária (GUAR3) e **R$1,28** por ação preferencial (GUAR4).

Dividendo por Ação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	R$	R$	R$	R$	R$	R$	R$	R$
Ordinárias (GUAR3)	0,45	0,30	0,73	0,68	0,44	0,63	1,09	1,16
Preferenciais (GUAR4)	0,50	0,33	0,81	0,75	0,49	0,70	1,20	1,28

4. MERCADO DE CAPITAIS E CAPITAL SOCIAL

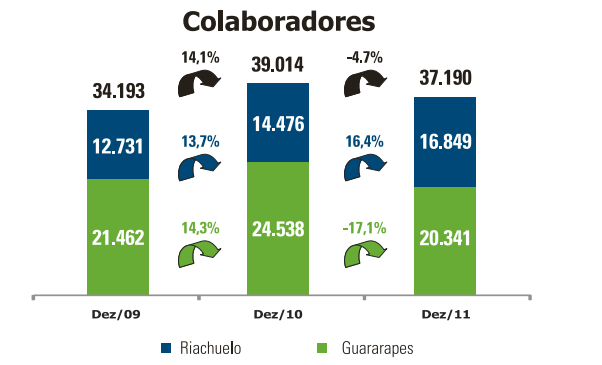
O capital social da Companhia é composto de 62.400 mil ações, divididos igualmente entre ações ordinárias e ações preferenciais. Em 29 de dezembro de 2011, as ações ordinárias e preferenciais da Guararapes estavam cotadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, em **R$83,00** e **R$73,00** respectivamente. As ações ordinárias negociadas sob o código **GUAR3** apresentaram valorização acumulada no período de **1,28%,** enquanto as ações preferenciais negociadas sob o código **GUAR4** apresentaram uma desvalorização de **7,17%**.



Com o intuito de desenvolver ainda mais o relacionamento com os investidores e de manter sua postura de transparência com o mercado de capitais, a Companhia participou de todas as **conferências** nacionais em que foi convidada. Além disso, proporcionou **visitas guiadas** às Fábricas, ao shopping Midway mall, ao Teatro Riachuelo, além de inúmeras visitas às lojas. A cada trimestre, foram realizadas **teleconferências** para discussão dos resultados divulgados com a presença de seus principais executivos. Os investidores também puderam obter os resultados através das **apresentações** e dos **press releases** trimestrais elaborados pela administração. A todo momento, a equipe de relações com investidores esteve presente para atender às solicitações dos interessados através de **reuniões individuais**, conferências por telefone e respostas por e-mail. Adicionalmente, a Companhia disponibiliza em seu site de relações com investidores todas as informações pertinentes ao bom entendimento de seus negócios.

5. RECURSOS HUMANOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Pensando no desenvolvimento de seus colaboradores, a Companhia destinou, em média, **124 horas de treinamento** por funcionário no decorrer de 2011. Entre os principais aspectos abordados, destacam-se as **"atitudes inegociáveis de Atendimento"** que buscam capacitar os colaboradores a ter uma postura vendedora, oferecendo melhores níveis de serviço ao cliente com base nos valores corporativos. Além disso, **quarenta e oito executivos** participaram de programas de **MBA** em parceria com a FIA e a FGV e **trinta e nove trainees** foram preparados para suportar o plano de expansão da Companhia previsto para os próximos anos.



No âmbito dos projetos de responsabilidade social, a Companhia participou pela quinta vez consecutiva do programa Teleton, totalizando 3 milhões de reais em doações no decorrer destes últimos 5 anos. Para a Casa Hope, foram destinados 150 mil reais. Porém, a atitude social da Guararapes não se limitou às doações. Nos últimos anos, cerca de 240 colaboradores da Riachuelo realizaram trabalho voluntário, com atividades em benefício a 1.600 crianças carentes na cidade de São Paulo.
A Guararapes-Riachuelo também faz parte do Programa Jovem Aprendiz, que traz oportunidades de crescimento pessoal e profissional para jovens e adolescentes. Contando com mais de 480 jovens em todo o Brasil, 70% dos participantes foram efetivados ao final de um ano de duração. Outra ação importante é o Programa de Inclusão Social, que conta atualmente com 568 pessoas portadoras de alguma deficiência, fazendo parte do quadro de colaboradores da Companhia.
Nas fábricas localizadas nas cidades de Natal (RN) e Fortaleza (CE), são realizadas diversas ações em prol do meio ambiente, como o controle de emissões gasosas, reaproveitamento de água, reutilização de resíduos sólidos, entre outras.

6. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Guararapes Confecções S.A. junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar para o seu cliente. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, a Administração informa que a sua auditoria - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, durante o exercício de 2011, não prestou outros serviços além dos de auditoria externa à Guararapes Confecções S.A.

7. INFORMAÇÕES NÃO REVISADAS PELOS AUDITORES

Todas as informações não monetárias apresentadas neste relatório não foram revisadas pelos auditores independentes do Grupo.

8. PERSPECTIVAS PARA 2012

A recente desaceleração do ritmo de crescimento verificada no setor varejista a partir da segunda quinzena de agosto não alterou a perspectiva da Companhia para os próximos anos. No entender da administração, a desaceleração verificada no setor está relacionada com a pressão inflacionária existente nos últimos 12 meses que passou a se refletir através de uma diminuição pontual da disponibilidade para consumo dos nossos clientes. O aumento do salário mínimo ocorrido em 2012 e os efeitos da redução das taxas de juros devem impulsionar a retomada do ritmo de crescimento do setor a partir de 2012.
Vale destacar que mesmo diante de um cenário recente mais desafiador, a curva de inadimplência permaneceu totalmente dentro do comportamento previsto pela Companhia para o final de 2011. Para 2012, a Companhia espera praticamente o mesmo patamar de perdas para suas operações do cartão Riachuelo, ou seja, um nível de perda após 180 dias de 7,5% anualizado.
Excluindo este cenário de curtíssimo prazo, as diretrizes de geração de valor para 2012 e os anos que se seguem continuam inalteradas. No decorrer dos últimos 5 anos, mais de 40 milhões de consumidores migraram da classe D para a classe C, beneficiando diretamente os negócios do Grupo. De acordo com pesquisa realizada em parceria com o Instituto data popular e editora abril, espera-se que outros 40 milhões de novos consumidores migrem para a classe C no decorrer dos próximos cinco anos.
Esta expectativa aliada ao enorme potencial de consolidação de mercado, uma vez que os cinco principais players do setor possuem juntos, apenas 10% de Market share, eleva o cenário para os próximos anos para um patamar ainda mais otimista.

9. AGRADECIMENTOS

Em nome da Administração do grupo, agradecemos aos nossos clientes, acionistas, fornecedores, instituições financeiras pela preferência e confiança depositada, e aos nossos funcionários, pela dedicação, comprometimento e eficiência.

Natal - RN, 29 de março de 2012.

Nevaldo Rocha
Presidente

continua...

...continuação

guararapes

GUARARAPES CONFECÇÕES S/A

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A E CONTROLADAS

Rodovia RN 160Km 3, s/n Bloco A 1 andar - Distrito Industrial - Natal-RN - CEP 59115-900
Tel: (84) 3204-1100 - Fax: (84) 3227-2337 - CNPJ nº 08.402.943/0001-52 - I.E 20.001.611-3

riachuelo midway financeira

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 2011	Controladora (BR GAAP) 2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2010
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	377	290	110.705	131.051
Títulos e valores mobiliários	5	67.374	74.390	161.942	194.619
Contas a receber de clientes	6	239.880	234.684	1.078.578	843.138
Partes relacionadas	19	97.214	58.353	-	-
Estoques	7	184.445	178.341	558.279	438.169
Tributos a recuperar	8	3.602	3.421	20.491	11.007
Outros créditos		11.500	12.038	24.085	20.473
Total do ativo circulante		604.392	561.517	1.954.080	1.638.457
Não Circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	17.517	5.510	113.696	94.700
Tributos a recuperar	8	1.171	642	50.048	19.913
Depósitos judiciais e outros	16	1.682	2.955	8.220	9.481
Partes relacionadas	19	-	23.283	-	-
Investimentos					
Empresas controladas	9	1.294.819	1.064.831	-	-
Outros		129	129	357	359
Propriedade para investimento	10	-	-	222.301	228.227
Imobilizado	11	601.176	597.037	1.321.535	1.140.226
Intangível	12	2.343	2.158	40.713	37.801
Total do ativo não circulante		1.918.837	1.696.545	1.756.870	1.530.707
Total do Ativo		2.523.229	2.258.062	3.710.950	3.169.164

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 2011	Controladora (BR GAAP) 2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2010
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	13	10.938	31.486	222.116	208.527
Empréstimos e financiamentos	15	786	219	137.105	75.304
Salários, provisões e contribuições sociais	14	26.041	31.728	134.760	83.203
Imposto de renda e contribuição social		1.064	2.209	49.508	61.092
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS		4.953	5.686	84.015	120.518
Dividendos a pagar	18	76.447	71.837	76.447	71.837
Obrigações com administradoras de cartões	17	-	-	80.054	2.689
Outras contas a pagar		5.801	8.090	37.981	73.530
Total do passivo circulante		126.030	151.255	821.986	696.700
Não Circulante					
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	16	5.293	36.171	59.457	81.850
Empréstimos e financiamentos	15	2.180	5.893	426.025	318.726
Empréstimos com partes relacionadas	19	56.575	15.914	56.575	15.914
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	88.222	95.848	95.750	95.848
Outros		6.581	3.503	12.809	10.648
Total do passivo não circulante		158.851	157.329	650.616	522.986
Patrimônio Líquido	18				
Capital social		1.700.000	1.500.000	1.700.000	1.500.000
Ajuste de avaliação patrimonial					
Custo atribuído do imobilizado		171.255	176.784	171.255	176.784
Reserva de reavaliação de investimentos		935	(71)	935	(71)
Reservas de lucros		366.158	272.765	366.158	272.765
Total do patrimônio líquido		2.238.348	1.949.478	2.238.348	1.949.478
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.523.229	2.258.062	3.710.950	3.169.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Para investimentos	Reservas de lucros: Incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial: Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes: Reserva de reavaliação de investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		1.300.000	60.333	143.697	35.911	666	180.707	-	(37.514)	1.683.800
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	337.795	337.795
Outros resultados abrangentes:										
Ganho líquido originado de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício	5 e 18	-	-	-	-	-	-	(71)	-	(71)
		-	-	-	-	-	-	(71)	337.795	337.724
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	18	-	-	-	-	-	(3.923)	-	3.923	-
Dividendos adicionais - 2009 aprovados em AGO	18	-	-	-	-	(666)	-	-	-	(666)
Aumento de capital		200.000	(20.392)	(143.697)	(35.911)	-	-	-	-	-
Destinação do lucro:										
Formação de reservas		-	15.027	180.481	37.248	-	-	-	(232.756)	-
Dividendos propostos	18	-	-	-	-	-	-	-	(71.380)	(71.380)
Dividendos adicionais	18	-	-	-	-	68	-	-	(68)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		1.500.000	54.968	180.481	37.248	68	176.784	(71)	-	1.949.478
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	363.852	363.852
Outros resultados abrangentes:										
Ganho líquido originado de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda no exercício	5 e 18	-	-	-	-	-	-	1.006	-	1.006
		-	-	-	-	-	-	1.006	363.852	364.858
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	18	-	-	-	-	-	(5.529)	-	5.529	-
Dividendos adicionais - 2010 aprovados em AGO	18	-	-	-	-	(68)	-	-	-	(68)
Aumento de capital		200.000	-	(162.752)	(37.248)	-	-	-	-	-
Destinação do lucro:										
Formação de reservas		-	15.983	233.088	44.183	-	-	-	(293.254)	-
Dividendos propostos	18	-	-	-	-	-	-	-	(75.920)	(75.920)
Dividendos adicionais	18	-	-	-	-	207	-	-	(207)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		1.700.000	70.951	250.817	44.183	207	171.255	935	-	2.238.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto Operacional - **Atividades operacionais** - A Guararapes Confecções S.A. ("Companhia"), constituída em 6 de outubro de 1956, é uma sociedade anônima de capital aberto com sede no distrito industrial de Natal - Estado do Rio Grande do Norte, registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. - BM&FBOVESPA ("BOVESPA"). A Companhia tem como objeto social: • Indústria têxtil em geral; • Indústria de confecções de roupas e de tecidos em geral, sua comercialização por atacado e a varejo, e exportação; • Importação e comercialização, por atacado, de confecções e tecidos, produtos de perfumaria e esportivos, calçados, roupas de cama, mesa e banho, brinquedos, relógios e cronômetros. A partir de 1º de outubro de 2008, conforme decisão do acionista controlador final, a Companhia passou a vender a totalidade de sua produção para a controlada Lojas Riachuelo S.A. Logo, a partir dessa data a controlada passou a ser o único cliente da Companhia. **Empresas controladas** - **• Lojas Riachuelo S.A.** - A Lojas Riachuelo S.A., empresa do ramo varejista e controlada da Guararapes Confecções S.A., foi adquirida em abril de 1979, objetivando promover a integração entre o varejo e a produção, atualmente absorvendo toda produção da Companhia, através de suas 145 lojas presentes em todo território nacional. A Lojas Riachuelo S.A. tem como atividade preponderante a comercialização de confecções em geral, artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos e ainda outros artigos que completam as suas linhas de lojas especializadas e de departamento, bem como prestação de serviços relacionados a análise e processamento de dados, emissão, representação comercial e serviços de cartão de crédito, além de organizar e administrar cartões de crédito e débito de qualquer espécie, de emissão própria ou de terceiros, abrangendo quaisquer atividades principais, acessórias ou correlatas a essa modalidade de pagamento, inclusive administrando os direitos e as obrigações de natureza financeira referentes às suas respectivas operações, tais como seguros, capitalização, previdência privada e serviços auxiliares à atividade financeira. **• Transportadora Casa Verde Ltda.** - A Transportadora Casa Verde Ltda., empresa do ramo de transportes rodoviário, tem como atividade transportar os produtos e materiais da Companhia e da controlada Lojas Riachuelo S.A. de norte a sul do país. **• Midway Shopping Center Ltda.** - A Midway Shopping Center Ltda., localizada na cidade de Natal-RN, tem por objetivo a administração de Shopping Center, com instalações próprias, ocupa uma área de terreno de 67.987,71 m² (*) e área construída de 231.000 m² (*) dividida em 3 pavimentos com realização de investimentos inicial na ordem de R$ 170 milhões. Para a conclusão do terceiro piso e do teatro foram desembolsados mais R$ 95 milhões, totalizando o investimento em R$ 265 milhões. Iniciou suas atividades em abril de 2005 e atualmente possui 281 (*) empreendimentos assim distribuídos: 221 lojas satélites, 13 lojas âncoras, 36 fast food, 4 restaurantes, 7 salas de cinema e um teatro. (*) Informações não auditadas. **• Riachuelo Participações Ltda.** - A Riachuelo Participações Ltda., instituída em outubro de 2006, tem por objetivo principal a participação na Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, intermediando as transações ocorridas na Lojas Riachuelo S.A. Em julho de 2008, juntamente com a Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, deu início a suas atividades. **• Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** - A Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento foi instituída em janeiro de 2008, tornando-se operacional no início de julho deste mesmo ano. Sua criação tem como objetivo estratégico realizar as operações de financiamentos aos consumidores dos produtos e serviços da Lojas Riachuelo S.A., buscando os recursos financeiros mais adequados para o suporte dessas operações. Através da Lojas Riachuelo S.A., operando como correspondente bancário, o grupo oferece aos seus clientes, além das operações de Vendas com juros, empréstimo pessoal, Saque Fácil, três tipos de seguros (Desemprego, Residencial e Acidentes pessoais), três tipos de assistências (Residencial, Veículos e Odontológica) e ainda um produto para proteção do cartão, oferecidos pela Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento e seguradoras parceiras (Porto Seguro, Mapfre e Allianz). A partir de 2010, a Controlada passou a oferecer o cartão embandeirado aos seus clientes em parceria com as bandeiras Visa e Mastercard. As contas a pagar com operadoras de cartão de crédito são decorrentes de utilizações, pelos clientes, do cartão co-branded com as bandeiras Visa e Mastercard em transações de compra de produtos no varejo em geral, as quais são repassadas as respectivas operadoras em um prazo de 7 dias da data da transação.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras - 2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e • As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto. As principais práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **2.2. Neutralidade para fins tributários da aplicação da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08 (Lei nº 11.941/09) -** A Companhia e as Controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o programa de integridade social (PIS) e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08 (Lei nº 11.941/09), foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. A Companhia e as Controladas manifestaram a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) em 2009 e 2010. **2.3. Base de elaboração -** No exercício de 2011, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelo ativo imobilizado para o qual a Companhia optou pela avaliação ao custo atribuído (*deemed cost*) na data da adoção aos CPC's e para os instrumentos financeiros disponíveis para venda, que são registrados pelo valor justo. As propriedades para investimento foram avaliadas e registradas contabilmente ao custo, porém a Companhia mensurou ao valor justo, através do método de fluxo de caixa e divulga o seu efeito em nota explicativa. **2.4. Moeda funcional e de apresentação -** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e das controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais que correspondem a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. **2.5. Transações e saldos em moeda estrangeira -** Na elaboração das demonstrações financeiras as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com a taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Ao final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data base das demonstrações financeiras. **2.6. Instrumentos financeiros - 2.6.1. Ativos financeiros** - Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (b) ativos financeiros disponíveis para venda; (c) Mensurados ao valor Justo e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. **a) Ativos financeiros mantidos até o vencimento** - Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data do vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais, menos eventual perda por valor recuperável, quando aplicável. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda** - Quando aplicáveis, são incluídos nesta categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas ou não em mercado ativo, mas que possam ter os valores justos estimados razoavelmente. Após mensuração inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício. As controladas Lojas Riachuelo S.A. e Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento possuem instrumentos financeiros classificados nesta categoria, que correspondem a títulos e valores mobiliários, conforme nota explicativa no 05. **c) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando é adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo, ou for um instrumento financeiro derivativo que não tenha sido designado como uma operação de "hedge" efetiva. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados nesta categoria. **d) Empréstimos e recebíveis** - São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva. No caso da Companhia e controladas compreendem: **• Caixa e equivalentes de caixa** - São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediatos ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **• Contas a receber de clientes** - As contas a receber de cartão de crédito (Riachuelo e terceiros) e empréstimo pessoal são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme nota explicativa nº 6. No caso da Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, as operações vencidas após 60 dias têm seus rendimentos registrados na conta "Contas a receber", e a transferência desta para o resultado ocorrerá somente quando do efetivo recebimento dos valores vencidos. **• Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - É constituída considerando-se a média histórica de perdas efetivas, complementada pela análise da Administração sobre as prováveis perdas dos créditos em aberto. Em cada data de encerramento de período do relatório, a controlada Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento avalia a existência de evidências objetivas de que as contas a receber são avaliadas ao valor de realização. As contas a receber que possuam evidências objetivas que demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial desse ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros são provisionadas. **2.6.2. Deterioração de ativos financeiros** - Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. **2.6.3. Passivos financeiros** - Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e empréstimos e financiamentos. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, estes são inicialmente registrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A Companhia e suas Controladas baixam os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando as obrigações são liquidadas, canceladas ou prescritas. **2.7. Estoques -** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: • Matérias primas: custo de aquisição segundo o custo médio, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis. • Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. • Estoques de materiais para manutenção e consumo: custo de aquisição segundo o custo médio, que não excede ao seu custo de reposição, os quais são baixados como custo da produção por ocasião do consumo ou obsolescência. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. A Administração espera que os estoques de matéria-prima e produtos acabados sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Os estoques de materiais de manutenção são classificados nos ativos circulantes, considerando o histórico do consumo. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. **2.8. Base de consolidação e investimentos em controladas -** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela controladora. Todas as transações, saldos, lucros não realizados dos estoques, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. **2.9. Propriedade para Investimento (Consolidado) -** A propriedade para investimento é representada por terrenos e edifício no Midway Shopping Center Ltda. mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 10. A propriedade para investimento é avaliada ao custo, incluindo os custos da transação. O valor justo é mensurado para fins de divulgação e não reflete os investimentos futuros em capital fixo que aumentem o valor das propriedades e também não refletem os benefícios futuros relacionados derivados desses dispêndios futuros. **2.10. Imobilizado -** Terrenos, edifícios, máquinas e instalações estão demonstradas ao custo acrescido do custo atribuído ("deemed cost") quando da adoção do CPC e do IFRS. Os demais bens do imobilizado são registrados ao custo, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução do valor recuperável (se aplicável). A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa nº 11. A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras (despesas) receitas - líquidas". Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos durante a construção ou aquisição de itens de imobilizado são capitalizados no custo de aquisição, exceto quando não se enquadram na definição de ativo qualificável. Na controlada Lojas Riachuelo, esses encargos financeiros não foram incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente 3 meses. Imobilizações em andamento para fins de fornecimento de produtos ou serviços ou administrativos, são registradas ao valor de custo, deduzidas de qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Para as Controladas, não foi adotada a prática do custo atribuído, em função das análises realizadas pela Administração para os itens de relevância registrados no imobilizado, representados substancialmente por bens de informática, instalações e benfeitorias em imóveis locados, concluiu-se que o custo histórico registrado aproxima-se do valor justo desses bens e, portanto, não se aplica a prática do custo atribuído. Tal conclusão está amparada nos seguintes aspectos: (i)as lojas locadas pela Companhia são submetidas a reformas periódicas com o objetivo de modernizá-las e torná-las adequadas e atrativas ao seu público. Nos últimos cinco anos, cerca de 60% das lojas da Companhia foram remodeladas ou inauguradas; (ii) as instalações das Centrais de Distribuição foram recentemente reformadas, visando adequar ao modelo de gestão dos estoques; e (iii) as instalações da Matriz foram reformadas e modernizadas em 2006. **2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment") -** Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. No exercício 2011 não foram identificados evidências de perdas não recuperáveis. **2.12. Intangível -** O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada no exercício, apurada de forma linear com base em sua vida útil definida. As licenças de programas de computador adquiridas são capitalizadas e amortizadas às taxas 20% ao ano. Gastos associados à manutenção de softwares são registrados no resultado do exercício como despesa, a medida que são incorridos. **2.13. Subvenções governamentais -** As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. **2.13.1. Imposto de renda sobre o lucro da exploração** - A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos de sua fabricação nas unidades fabris localizadas em Natal e Fortaleza. Esses incentivos, concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, consistem na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados em cada unidade fabril, ambas serão finalizados até o ano-base de 2017. **2.13.2. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS** - A Companhia possui incentivo fiscal no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI concedido até agosto do ano de 2023, correspondente a financiamento equivalente a 75% do ICMS devido, corrigido pela TJLP, e amortização com desconto de 99% após carência de 1 mês. Adicionalmente, a Companhia é beneficiária de incentivos no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte - PROADI, concedidos até maio de 2019, sob a forma de financiamentos equivalentes a 75% do valor do ICMS. Os financiamentos estão sujeitos a juros de 3% a.a. e a atualização monetária com base na variação da TR. A amortização das parcelas ocorrerá com desconto de 99% do valor atualizado, após carência de 2 meses. **2.14. Tributação -** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **2.14.1. Impostos correntes** - A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício. As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento), e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas. **2.14.2. Lucro da exploração** - Conforme descrito no item 2.13.1 desta nota explicativa, a Companhia possui incentivos fiscais concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE no que tange à fabricação de produtos com redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 anos até 2017. **2.14.3. Impostos diferidos** - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos passivos foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos (ver notas explicativas nos 20 e 2 - item 2.2), inclusos no Regime Tributário de Transação (RTT) como: custo atribuído dos ativos imobilizados e os impostos diferidos ativos sobre as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que seja liquidado/realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício de relatório. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido. **2.15. Provisões -** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.16. Demais passivos circulante e não circulante -** Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais. **2.17. Apuração do resultado e reconhecimento da receita -** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver. **2.17.1. Venda de produtos** - A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; • A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda dos produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida. **2.17.2. Receita/despesa de arrendamento** - Os pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa na controlada e como receita na controladora pelo método linear pelo exercício de vigência do contrato, na consolidação os seus efeitos são eliminados. Ver nota explicativa nº 25. **2.18. Receitas e despesas financeiras -** Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos, fornecedores, aplicações financeiras, clientes e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 23. **2.19. Apresentação das informações por segmento -** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo Diretor Presidente. Os ramos mais significativos que a Companhia usa para as tomadas de decisões são Varejo e Financeira. Ver nota explicativa nº 28. **2.20. Dividendos -** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendo" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto", sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 18. **2.21. Demonstração do valor adicionado -** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS's. A DVA foi preparada com

guararapes
GUARARAPES CONFECÇÕES S/A

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A E CONTROLADAS
Rodovia RN 160Km 3, s/n Bloco A 1 andar - Distrito Industrial - Natal-RN - CEP 59115-900
Tel: (84) 3204-1100 - Fax: (84) 3227-2337 - CNPJ nº 08.402.943/0001-52 - I.E 20.001.611-3

riachuelo midway financeira

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras e são suficientes para cobrir possíveis perdas.

e) Impostos diferidos - Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias, anualmente revisadas e aprovadas pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos. **2.23. Lucro por Ação -** De acordo com o a IAS 33 e o CPC 41 - Lucro por ação, as entidades de capital aberto devem divulgar o lucro por ação básico e diluído (vide nota explicativa nº 26). O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição. Uma entidade deve calcular o lucro diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações em circulação, acrescida dos efeitos de todas as ações potenciais. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são considerados ações potenciais. Os valores comparativos devem ser ajustados para refletir capitalizações, emissões de bônus de subscrição ou desdobramento de ações. Se essas alterações ocorrerem depois da data do balanço, mas antes da autorização para emissão das demonstrações financeiras, os cálculos por ação daquelas ou de quaisquer demonstrações financeiras dos exercícios anteriores devem ser baseados no novo número de ações. **2.24. Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas - a)** Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia. As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia e das Controladas.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
Modificações à IAS 32	Classificação dos direitos de emissão	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010
Modificações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010
Modificações à IAS 24	Divulgações de partes relacionadas	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Modificações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
Modificações à IFRS	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011

Normas e interpretações de normas vigentes - IAS 32 - Classificação de direitos de emissão: Alteração do IAS 32 (IFRS Classification of Rights Issues: Amendment to IAS 32) - Em outubro de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32, a qual trata de contratos que serão ou poderão ser liquidados através de instrumentos patrimoniais da entidade e estabelece que direitos, opções ou garantias para adquirir uma quantidade fixa de ações de uma entidade por um montante fixo em alguma moeda são instrumentos patrimoniais. A alteração desta norma é efetiva para exercícios anuais iniciando em/ou após 01/02/2010. As alterações desta norma não impactaram as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, pois a mesma não possui contratos desta natureza. IFRS 1 e IFRS 7 - Isenções limitadas de divulgações comparativas do IFRS 7 para entidades que adotam IFRS pela primeira vez *(Limited Exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters)* - Em janeiro de 2010, o IASB emitiu alterações no IFRS 1 e IFRS 7, as quais abordam aspectos de divulgação de informações comparativas de instrumentos financeiros. Estas alterações são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2010. As alterações desta interpretação não impactaram as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, pois a mesma já praticava a divulgação comparativa. IAS 24 - Divulgação de partes relacionadas *(Related Party Disclosures)* - Em novembro de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 24, a qual trata da divulgação de transação com partes relacionadas e relacionamentos entre controladoras e controladas. A alteração desta norma é efetiva para exercícios anuais iniciando em/ou após 01/01/2011. A alteração desta norma não impactou as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, uma vez que a mesma já divulga as transações com partes relacionadas. IFRIC 14 - Pagamentos antecipados de requerimento mínimos de provimento de fundos - Alterações no IFRIC 14 *(Prepayments of a Minimum Funding Requirement - Amendments to IFRIC 14)* - Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu alterações na interpretação 14, a qual são aplicáveis em limitadas circunstâncias quando uma entidade é sujeita a requerimentos mínimos de provimento de fundos e efetua um pagamento antecipado de contribuições para cobrir estes requerimentos. Estas alterações são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2011. A alteração desta interpretação não impactou as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, uma vez que, a mesma não possui operações desta natureza. IFRIC 19 - Liquidando passivos financeiros com instrumentos de patrimônio *(Extinguishing Financial Liabilities with Equity Instruments)* - Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu a interpretação 19, a qual trata da emissão de instrumentos patrimoniais por uma entidade para seu credor com o objetivo de liquidar passivos financeiros. Esta interpretação é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2010. A adoção desta Interpretação não impactou as suas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, pois a mesma não efetuou liquidação de passivos financeiros com emissão de instrumentos patrimoniais de qualquer natureza. Melhoria anual das IFRS de maio de 2010 - Em maio de 2010, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. A alteração da norma IFRS 3 é efetiva para exercícios anuais iniciando em/ou após 01/07/2010. As demais alterações de normas são efetivas para exercícios anuais iniciando em/ou após 01/01/2011. As alterações destas normas não impactaram as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **b) Normas e interpretações de normas ainda não vigentes** - As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas, e são obrigatórias para os exercícios iniciados em/ou após 1º de julho de 2011, ou para os períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. IFRS 1 - Hiperinflação severa e remoção de datas fixas para empresas que adotarem o IFRS pela primeira vez *(Severe Hyperinflation and Removal of Fixed Dates for First-time Adopters)* - Em dezembro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 1. A alteração da norma IFRS 1 aborda orientações para adotantes do IFRS pela primeira vez que estejam localizados em países de economia hiperinflacionária e também remove datas fixas com o objetivo de evitar o processamento de operações ocorridas antes da data de transição para o IFRS. Esta norma é efetiva para exercícios anuais iniciando em/ou após 01/07/2011. A Companhia avalia que as alterações desta interpretação não impactarão suas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em virtude da mesma já ter adotado o IFRS 1. IFRS 9 - Instrumentos financeiros *(Financial Instruments)* - Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição do IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação ao IAS 39. IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas *(Consolidated Financial Statements)* - Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 10. Esta norma estabelece os princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais empresas. Esta norma é efetiva para exercícios anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. IFRS 11 - Acordos de compartilhamento *(Joint Arrangements)* - Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 11. Esta norma aborda aspectos relacionados a definição do tratamento contábil de entidades com controle compartilhado e operações compartilhada. Esta norma também limita o uso da consolidação proporcional apenas para empresas com operações compartilhadas (joint operations), passando a aceitar apenas o método de equivalência patrimonial para empresas com controle compartilhado (joint ventures). Esta norma é efetiva para exercícios anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras consolidadas. IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades *(Disclosure of Interests in Other Entities)* - Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 12. Esta norma aborda aspectos relacionados a divulgação da natureza e riscos associados a participações detidas em controladas, controladas em conjunto e associadas. Esta norma é efetiva para exercícios anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o efeito da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras consolidadas. IFRS 13 - Mensuração do valor justo *(Fair Value Measurement)* - Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 13. Esta norma define valor justo, contempla em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e estabelece os requerimentos de divulgação relacionados ao valor justo. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras consolidadas. IAS 1 - Apresentação de itens de outros resultados abrangentes *(Presentantion of Items of Other Comprehensive Income)* - Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 1. A alteração da norma IAS 1 aborda aspectos relacionados à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. Esta norma é efetiva para exercícios anuais iniciando em/ou após 01/07/2012. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas demonstrações financeiras consolidadas. IAS 12 - Imposto de renda diferido: Recuperação de ativos relacionados *(Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets)* - Em dezembro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 12. A alteração da norma IAS 12 aborda aspectos relacionados à determinação da maneira esperada de recuperação de imposto de renda diferido ativo e passivo quando a propriedade de investimento é mensurada através do modelo de valor justo do IAS 40. Esta norma é efetiva para exercícios anuais iniciando em/ou após 01/01/2012. A Companhia está avaliando o efeito da adoção desta alteração em suas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. IAS 19 - Benefícios a empregados *(Employee Benefits)* - Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A alteração da norma IAS 19 aborda aspectos relacionados à contabilização e divulgação de benefícios a empregados. Esta norma é efetiva para exercícios anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas demonstrações financeiras consolidadas. IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas *(Separate Financial Statements)* - Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 27. A alteração da norma IAS 27 aborda aspectos relacionados a investimentos em controladas, empresas com controle compartilhado ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas. Esta revisão de norma é efetiva para exercícios anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia esta avaliando os efeitos que as alterações desta norma em suas demonstrações financeiras consolidadas. IAS 28 - Investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado *(Investments in Associates and Joint Ventures)* - Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 28. A alteração da norma IAS 28 aborda aspectos relacionados à contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado. Esta alteração de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia não possui esta modalidade de investimentos. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. Controladas da Companhia - A Companhia possui investimentos nas seguintes empresas controladas, as quais foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Participação %	
	31/12/2011	31/12/2010
Lojas Riachuelo S.A.	100	100
Midway Shopping Center Ltda.	100	100
Midway S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (*)	100	100
Transportadora Casa Verde Ltda.	100	100

(*) Controle indireto. A controlada Lojas Riachuelo S.A. detém o controle direto desta empresa.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa	6	6	1.360	834
Bancos	371	284	28.229	20.197
Aplicações financeiras (a)	-	-	81.116	110.020
Total	377	290	110.705	131.051

(a) O saldo de aplicação financeira em 31 de dezembro de 2010, estava relacionado à controlada indireta Midway S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, e estavam aplicados em Letras Financeiras do Tesouro - LFTs (títulos públicos escriturais), indexados à variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, com conversibilidade imediata ou com o prazo original igual ou inferior a 90 dias.

5. Títulos e Valores Mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Letras de Câmbio - MTM	67.374	74.390	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	51.725
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	161.942	142.894
Total	67.374	74.390	161.942	194.619

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	74.390	25.634	194.619	51.219
Aplicação	72.790	65.700	-	161.616
Resgate	(84.467)	(18.944)	(54.140)	(31.915)
Reultados abrangentes	-	-	1.006	(71)
Juros/MTM	4.661	2.000	20.457	13.770
Saldo Final	67.374	74.390	161.942	194.619

As aplicações financeiras da Controladora Guararapes Confecções S.A. no valor de R$ 67.374 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 74.390 em 31 de dezembro de 2010), e da Controlada Midway Shopping Center Ltda. no valor de R$ 16.310 em 31 de dezembro de 2011 (não havia em 31 de dezembro de 2010), foram eliminadas na consolidação das demonstrações financeiras, uma vez que, as aplicações são efetuadas na controlada Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos. A carteira de títulos da controlada indireta Midway Financeira estava composta por títulos públicos escriturados e registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O valor justo dos ativos financeiros foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Os títulos públicos classificados como disponíveis para venda estavam distribuídos da seguinte forma:

Saldos em 31 de dezembro de 2011

	Consolidado		
	LFT's	LTN's	Total
De 1 a 3 anos	-	161.942	161.942
De 3 a 5 anos	-	-	-
Valor de Mercado	-	161.942	161.942
Valor de aquisição	-	160.372	160.372
Saldo de ajuste a mercado em 2011	-	1.570	1.570
IRPJ e CSLL	-	(635)	(635)
Ajuste a mercado Liquido	-	935	935

Saldos em 31 de dezembro de 2010

	Consolidado		
	LFT's	LTN's	Total
De 1 a 3 anos	22.489	142.901	165.390
De 3 a 5 anos	29.236	-	29.236
Valor de Mercado	51.725	142.901	194.626
Valor de aquisição	51.746	142.998	194.744
Saldo de ajuste a mercado em 2010	(21)	(97)	(118)
IRPJ e CSLL	8	39	47
Ajuste a mercado Líquido	(13)	(58)	(71)
Variação no exercício de 2011	13	993	1.006

6. Contas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Empresa controlada (a)	239.750	234.706	-	-
Outros clientes	230	78	1.254.110	985.343
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(100)	(100)	(175.532)	(142.205)
Total	239.880	234.684	1.078.578	843.138

(a) A rubrica com o título de Empresa controlada se refere ao saldo de contas a receber da Lojas Riachuelo S.A. O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de produtos é de 30 a 60 dias da data da competência do faturamento. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2009	100	147.112
Constituições	-	94.211
Baixas	-	(99.118)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	100	142.205
Constituições	-	92.216
Baixas	-	(58.889)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	100	175.532

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os saldos de contas a receber por data de vencimento estavam assim apresentados:

I - Empresas controladas

	31/12/2011	31/12/2010
A vencer de 61 a 90 dias	52.170	69.811
A vencer de 31 a 60 dias	95.611	58.183
A vencer até 30 dias	91.592	106.712
Total a vencer	239.373	234.706
Vencidos até 30 dias	345	-
Vencidos de 61 a 90 dias	32	-
Total vencido	377	234.706
Total	239.750	234.706

II - Outros clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
A vencer há mais de 180 dias	-	-	82.684	67.616
A vencer de 91 e 180 dias	-	-	213.652	177.188
A vencer de 61 e 90 dias	17	-	141.957	117.101
A vencer de 31 e 60 dias	22	-	173.208	131.475
A vencer até 30 dias	161	50	474.256	346.329
Total a vencer	200	50	1.085.757	839.709
Vencidos até 30 dias	19	28	13.132	30.007
Vencidos de 31 e 60 dias	-	-	13.822	11.047
Vencidos de 61 e 90 dias	1	-	14.549	10.148
Vencidos de 91 e 180 dias	-	-	37.411	26.681
Vencidos há mais de 180 dias	10	-	89.439	67.751
Total Vencido	30	28	168.353	145.634
Total	230	78	1.254.110	985.343

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Produtos acabados e mercadorias para revenda	8.785	21.282	312.440	276.666
Produtos em elaboração	26.828	39.433	26.828	39.433
Matérias-primas	64.435	58.410	64.435	58.410
Materiais secundários e outros	64.303	41.839	74.303	49.643
Importação em andamento	17.155	10.040	82.599	11.515
Materiais em trânsito	2.939	7.337	2.939	7.337
Provisão para perdas de inventário	-	-	(5.265)	(4.835)
Total	184.445	178.341	558.279	438.169

No consolidado, o aumento de 12,93% nos estoques de produtos acabados e mercadorias para revenda em 31 de dezembro de 2011, em relação ao mesmo período de 2010, ocorreu principalmente devido à elevação em 17,89% do número de lojas da controlada Lojas Riachuelo, que passou de 123 em 2010 para 145 em 2011. Ao final do exercício de 2011, as importações em andamento da Companhia e da controlada Lojas Riachuelo S.A. apresentaram um aumento significativo em virtude do câmbio favorável e dos preços das matérias-primas e das confecções estarem mais competitivos no mercado externo. O valor da "Provisão para perdas de inventário" refere-se às prováveis perdas de inventário na Controlada Lojas Riachuelo S.A., conforme descrito a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(2.625)
Constituições	(7.367)
Baixa da provisão por utilização	5.157
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(4.835)
Constituições	(8.624)
Baixa da provisão por utilização	8.194
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(5.265)

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no percentual de histórico de perda na execução do inventário físico de lojas e Centros de Distribuição, além de considerar produtos com giro lento ou não vendáveis. O custo dos estoques reconhecido no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 totalizaram R$ 672.778 (R$ 590.776 em 2010) na Controladora e R$ 1.298.184 (R$ 1.115.401 em 2010) no Consolidado. Os mesmos incluem uma redução de R$ 8.624 (R$ 7.367 em 2010), referentes a reduções de estoques ao valor líquido realizável, e de R$ 8.194 (R$ 5.176 em 2010), referente às reversões dessas reduções. As reduções anteriores foram revertidas em virtude da reutilização dos estoques no processo produtivo.

8. Impostos e Contribuições a Compensar

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - Ativo Imobilizado	(a)	1.386	1.126	21.045	21.552
ICMS a compensar	(b)	-	-	17.181	3.271
Imposto de Renda	(c)	333	621	5.486	638
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	(d)	1.954	999	25.327	1.010
Imposto sobre Produtos Industrializados	(e)	589	553	589	553
Outros		511	764	911	3.896
Total		4.773	4.063	70.539	30.920
Circulante		3.602	3.421	20.491	11.007
Não Circulante		1.171	642	50.048	19.913

(a) Representa os valores de créditos de ICMS proferida pela Lei Complementar nº 102/2000 referente a compra de ativo imobilizado, a serem apropriados na apuração do ICMS na razão 1/48 avos. (b) Créditos de ICMS a serem recuperados na apuração do mês seguinte. O aumento nos Créditos de ICMS no consolidado foi decorrente da elevação do volume de compras da controlada Lojas Riachuelo para a formação do estoque, para o evento "Moda casa" do grupo lar. (c) Imposto de renda sobre aplicações financeiras e saldo de imposto de renda pagos antecipados, a serem compensados durante o exercício de 2012. (d) PIS e COFINS referente a compra de equipamentos na Controladora a ser aproveitados na razão de 1/12 avos, conforme art. 31, da lei nº 11.196/2005. No consolidado o aumento deve-se a formação do estoque, para o evento "Moda casa" e pelo reconhecimento do PIS/COFINS nas aquisições de imobilizado pela controlada Lojas Riachuelo S.A. (e) Créditos de IPI a compensar oriundos da compra de matérias-primas e insumos pela controladora, que a cada trimestre efetua a compensação no recolhimento dos tributos Federais através do PERDCOMP, principalmente com PIS e COFINS.

9. Investimentos

Participações em Controladas

Controladas no Brasil	Atividade	Situação	Ações ou quotas detidas (em milhares) 2011 e 2010 Ordinárias	Participação e capital votante em 2011 e 2010
Lojas Riachuelo S.A.	Varejo	Ativa	549.996	100,00
Midway Shopping Center Ltda.	Shopping	Ativa	170.000	100,00
Transportadora Casa Verde Ltda.	Transporte	Ativa	0,20	99,50
Midway S.A. - Crédito Financiamento e Investimento	Financeiro	Ativa	50.000	0,01(*)

(*) A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui o controle com 99,99%.

A movimentação dos investimentos está apresentada a seguir:

	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda.	Transp. Casa Verde Ltda.	Midway S.A. - Crédito Financiamento e Investimento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	764.822	171.886	7.901	11	944.620
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	(71)	-	-	-	(71)
Equivalência patrimonial	154.581	17.990	13	9	172.593
Dividendos propostos	(35.222)	(17.089)	-	-	(52.311)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	884.110	172.787	7.914	20	1.064.831
Aumento de capital	100.000	30.000	-	-	130.000
Equivalência patrimonial	131.064	23.145	385	11	154.605
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	1.006	-	-	-	1.006
Dividendos	(33.635)	(21.988)	-	-	(55.623)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.082.545	203.944	8.299	31	1.294.819

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de investimentos na Lojas Riachuelo S.A. está impactado pelo lucro dos estoques não realizados de R$ 40.388 (R$ 34.190 em 31 de dezembro de 2010).

	31/12/2011	31/12/2010
Patrimônio líquido	1.122.933	918.300
Lucros dos estoques não realizados	(40.388)	(34.190)
Saldo investimentos	1.082.545	884.110

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

31 de dezembro de 2011	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda.	Transp. Casa Verde Ltda.	Midway S.A. - Crédito Financiamento e Investimento
Participação em %	100,00	100,00	99,50	0,01
Total de Ativos	2.453.838	247.738	9.706	1.214.290
Total de Passivos	1.330.905	43.794	1.365	912.057
Patrimônio líquido	1.122.933	203.944	8.341	302.233
Receitas	2.447.365	42.612	16.825	558.640
Despesas	(2.316.301)	(19.467)	(16.438)	(449.683)
Lucro (prejuízo) nas investidas	131.064	23.145	387	108.957
Participação no resultado das investidas (Equivalência Patrimonial)	131.064	23.145	385	11

31 de dezembro de 2010	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda.	Transp. Casa Verde Ltda.	Midway S.A. - Crédito Financiamento e Investimento
Participação em %	100,00	100,00	99,50	0,01
Total de Ativos	2.031.047	237.201	9.378	1.048.228
Total de Passivos	1.112.747	64.414	1.424	854.913
Patrimônio líquido	918.300	172.787	7.954	193.315
Receitas	2.340.119	35.641	16.669	384.273
Despesas	(2.185.538)	(17.651)	(16.656)	(300.575)
Lucro nas investidas	154.581	17.990	13	83.698
Participação no resultado das investidas (Equivalência Patrimonial)	154.581	17.990	13	9

10. Propriedade para Investimento (Consolidado) - De acordo com o pronunciamento técnico CPC 28, as propriedades mantidas para auferir aluguel e/ou valorização de capital devem ser registradas como propriedade para investimento. A propriedade para investimento da Companhia foi inicialmente mensurada pelo seu custo e sua Administração decidiu manter este método de avaliação, por refletir seu negócio de forma mais apropriada.

				Consolidado	
				2011	2010
	Taxas anuais de depreciação (*)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Propriedade para investimento construída	5% a 20%	271.188	(48.887)	222.301	228.227

(*) Método de depreciação linear

Movimentação para os exercícios de 2011 e de 2010

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldo inicial	228.227	203.364
Adições	6.090	34.142
Depreciações	(11.033)	(8.782)
Baixas	(983)	(497)
Saldo final	222.301	228.227

O volume significativo de adições em 2010 decorreu da construção do Teatro Riachuelo pela Midway Shopping Center Ltda., as aquisições em 2011 são melhorarias no empreendimento, para atender satisfatoriamente os lojistas e o consumidor em geral. A Companhia possui obrigações contratuais perante empresas de construção e de manutenção da propriedade para investimento.

Os principais valores reconhecidos no resultado do período em relação as propriedades para investimentos estão a seguir:

Descrição	2011	2010
Receita de locação	42.612	35.642
Despesas operacionais	(19.467)	(17.652)
Resultado	23.145	17.990

A propriedade para investimento está livre de quaisquer restrições quanto a possibilidade de alienação. **Metodologia para determinação do valor justo** - O valor justo da propriedade para investimento em operação foi determinado através de avaliação efetuada pela Administração da Companhia e reportada à data de 31 de dezembro de 2011. A avaliação da propriedade para investimento foi preparada de acordo com os dados divulgados pela Morning Star Inc, sediado nos Estados Unidos, bem como algumas projeções e taxas divulgadas pelo Banco Central do Brasil. A metodologia adotada para determinar o valor de mercado (valor justo) da propriedade para investimento em operação envolveu a elaboração de premissas relacionadas a projeções de ganhos e perdas para 10 anos da propriedade para investimento, adicionadas ao valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do último ano projetado com alguns ajustes no fluxo de caixa e uma taxa de crescimento "g". Essas projeções são descontadas para a data base da avaliação a uma taxa de desconto correspondente ao retorno mínimo esperado para um ativo de risco semelhante. As projeções não são previsões do futuro, mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros de cada propriedade. A taxa de rentabilidade projeta segue uma razoabilidade de performance de mercado atrelada aos resultados recentes da operação. As projeções foram realizadas de forma nominal, ou seja, os efeitos inflacionários foram considerados, sendo utilizado como indicador de reajuste dos preços o IGP-DI, tendo como base as projeções oficiais obtidas no website do Banco Central do Brasil. Tais projeções refletem a melhor estimativa da Administração quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros da propriedade. Após realização do estudo econômico-financeiro, foi determinado um valor justo no montante de R$ 594.164 para a data de 31 de dezembro de 2011 (R$ 480.812 em 31 de dezembro de 2010).

11. Imobilizado

			Controladora	
			31/12/2011	31/12/2010
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis comerciais	452.428	(88.032)	364.396	365.255
Imobilizado para uso	407.297	(170.517)	236.780	231.782
Total	859.725	(258.549)	601.176	597.037

			Consolidado	
			31/12/2011	31/12/2010
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis comerciais	452.428	(88.032)	364.396	365.255
Imobilizado para uso	1.664.802	(707.663)	957.139	774.971
Total	2.117.230	(795.695)	1.321.535	1.140.226

11.1. Imóveis Comerciais

		Controladora e Consolidado			
				31/12/2011	31/12/2010
	Taxas anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	217.565	-	217.565	217.565
Edifícios	4%	229.552	(88.032)	141.520	139.455
Obras em andamento		5.311	-	5.311	8.235
Total		452.428	(88.032)	364.396	365.255

	Controladora e Consolidado			
	Imóveis comerciais			
	Terrenos	Edifícios	Obras em andamento	Total
Custo				
Saldos em 31 de dezembro de 2009	217.565	221.062	8.235	446.862
Adições	-	555	-	555
Saldos em 31 de dezembro de 2010	217.565	221.617	8.235	447.417
Adições	-	-	4.442	4.442
Transferências	-	7.935	(7.366)	569
Saldos em 31 de dezembro de 2011	217.565	229.552	5.311	452.428
Depreciação acumulada				
Saldos em 31 de dezembro de 2009	-	(75.804)	-	(75.804)
Despesa de depreciação	-	(6.358)	-	(6.358)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	(82.162)	-	(82.162)
Despesa de depreciação	-	(5.870)	-	(5.870)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	(88.032)

guararapes
GUARARAPES CONFECÇÕES S/A

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A E CONTROLADAS
Rodovia RN 160Km 3, s/n Bloco A 1 andar - Distrito Industrial - Natal-RN - CEP 59115-900
Tel: (84) 3204-1100 - Fax: (84) 3227-2337 - CNPJ nº 08.402.943/0001-52 - I.E 20.001.611-3

riachuelo midway financeira

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado				
	Marcas e patentes	Pontos comerciais	Software	Gastos com implantação	Total
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2009	641	15.730	54.428	47	70.846
Adições	5	-	-	2.088	2.093
Baixas	-	(126)	(69)	-	(195)
Transferências (*)	30	1.238	4.769	-	6.037
Saldos em 31 de dezembro de 2010	676	16.842	59.128	2.135	78.781
Adições	39	7.337	2.442	224	10.042
Transferências (*)	72	1.150	381	-	1.603
Saldos em 31 de dezembro de 2011	787	25.329	61.951	2.359	90.426
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	(4.241)	(28.045)	(47)	(32.333)
Despesa de amortização	-	(944)	(7.698)	-	(8.642)
Baixas	-	-	(5)	-	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	(5.185)	(35.748)	(47)	(40.980)
Despesa de amortização	-	(1.232)	(7.462)	(39)	(8.733)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	(6.417)	(43.210)	(86)	(49.713)
Saldos líquidos em:					
31 de dezembro de 2010	676	11.657	23.380	2.088	37.801
31 de dezembro de 2011	787	18.912	18.741	2.273	40.713

(*) Referem-se aos valores transferidos do grupo Imobilizado, razão pelo qual não zeram.

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Nacionais	10.938	30.324	193.835	202.364
Internacionais	-	1.162	28.281	6.163
Total	10.938	31.486	222.116	208.527

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólar norte-americano e atualizados até a data final de cada período.

14. Salários, Provisões e Contribuições Sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisão de férias e encargos	14.890	16.365	45.830	40.483
Salários a pagar	276	169	3.326	169
FGTS a recolher	2.014	2.322	5.638	4.204
INSS a recolher	3.673	7.409	16.603	16.997
PIS a recolher	616	586	8.105	631
COFINS a recolher	2.836	2.701	41.339	2.972
Encargos de rescisão	1.561	2.053	1.561	2.053
Participações nos lucros	-	-	8.950	12.908
Outros	175	123	3.408	2.786
Total	26.041	31.728	134.760	83.203

15. Empréstimos e Financiamentos

Moeda Nacional

Juros de	Nota	Instituição Financeira	Vencimento	Controladora 31/12/2011	Controladora 31/12/2010	Consolidado 31/12/2011	Consolidado 31/12/2010
102,00% CDI	(a)	Pessoas jurídicas	Até 2014	-	-	18.238	4.725
2,9% a 9,7% a.a. pré-fixada	(b)	Diversos	Até 2012	190	219	190	219
3,08% a 4.58% a.a. mais TJLP	(c)	BNDES - Projeto 2010	Até 2017	-	-	304.018	350.980
3,38% a.a. mais TJLP	(d)	BNDES - Projeto 2010	Até 2017	-	-	13.342	14.599
2,88% a.a. mais TJLP	(e)	BNDES - Projeto 2010	Até 2017	-	2.929	-	2.929
4,50% a.a. (f)		BNDES - Projeto 2010	Até 2017	2.776	2.964	18.065	20.578
1,42% a 3,02% a.a. mais TJLP	(c)	BNDES - Projeto 2011	Até 2018	-	-	207.261	-
5,00% a.a. (g)	(g)	BNDES - Projeto 2011	Até 2018	-	-	2.016	-
Total				2.966	6.112	563.130	394.030
Circulante				786	219	137.105	75.304
Não-circulante				2.180	5.893	426.025	318.726

(a) Corresponde aos empréstimos tomados pela Midway S.A. - Créditos, Financiamentos e Investimentos, junto as pessoas físicas e jurídicas com a finalidade de elevar seus níveis de capital de giro. (b) Estão representados pelos financiamentos celebrados entre a Guararapes Confecções S.A. e as instituições financeiras Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., referente aos incentivos do ICMS (PRODAI no Rio Grande do Norte e PROVIN no Ceará). (c) Recursos utilizados para o capital de giro na reforma e expansão da rede de lojas da Companhia pela controlada Lojas Riachuelo S.A.. (d) Recursos utilizados pela controlada Midway Shopping Center Ltda. na expansão do piso L3 e na construção do Teatro Riachuelo. Os juros apurados durante a construção do teatro foram capitalizados. Após a conclusão da expansão e do teatro, os juros passaram ser alocados diretamente na despesa financeira. (e) Recursos liberados para a construção de mais uma unidade fabril em Fortaleza - Ceará pela Guararapes Confecções S.A., que foi quitado em Setembro de 2011. (f) Recursos liberados à Guararapes Confecções S.A. para a compra de equipamentos para a unidade fabril de Natal e também para a compra de equipamentos no Midway Shopping Center Ltda. na expansão do piso L3 e na montagem do Teatro Riachuelo. (g) Recursos liberados referente a inovações apresentadas no projeto de 2011 para a Lojas Riachuelo S.A.. Em relação ao financiamento captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), a liberação da linha de crédito para o Grupo foi estabelecida em R$ 450.000, sendo R$ 100.000 de capital de giro e R$ 350.000 para investimentos. As liberações ocorreram trimestralmente. Para o Projeto 2011 a linha de crédito aprovado para o Grupo foi de mais R$ 271.500, totalizando R$ 731.500. Já foram liberados R$ 613.461, permanecendo um saldo de R$ 118.039 a liberar. Os contratos firmados em 08 de fevereiro de 2010, têm aval dos acionistas controladores e o vencimento está previsto até 2017, e os contratos assinados em 14 de junho de 2011, tem os vencimentos até 2018. Até 31 de dezembro de 2011, foi liberado o montante aproximado de R$ 613.461, os quais vêm sendo utilizados para capital de giro e na reforma e expansão da rede de lojas da Companhia. **Cláusulas contratuais restritivas - "covenants"** • Manter a margem EBITDA Adaptada(*) não inferior a 12%. A margem EBITDA Adaptada(*) corresponde ao somatório de EBITDA com as receitas financeiras, dividido pela receita líquida. Todas as premissas para o cálculo desta da margem EBITDA Adaptada são estabelecidas pelo BNDES, conforme cláusulas contratuais. • A relação Dívida Líquida/Ativo Total deve atender a um índice de até 33%; • Controlar a liquidez corrente num índice mínimo de 1,10. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o grupo está adimplente. (*) Termo e metodologia utilizados de acordo com as condições contratuais estabelecidas entre a Guararapes e instituição financeira. As mutações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo em 1º de janeiro de 2010	156	-	101.054	-
Captações	-	5.850	-	384.748
Juros	723	222	4.599	19.701
Transferências	179	(179)	85.722	(85.722)
Amortização de Juros	(179)	-	(15.362)	-
Pagamento de principal	(660)	-	(100.709)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	219	5.893	75.304	318.727
Captações	864	-	30.462	228.713
Juros	553	-	41.458	-
Transferências	3.713	(3.713)	121.415	(121.415)
Amortização de Juros	(591)	-	(38.524)	-
Pagamento de principal	(3.972)	-	(93.010)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	786	2.180	137.105	426.025

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Ano de Vencimento	Controladora	Consolidado
2013	523	106.355
2014	523	98.309
2015	523	83.725
2016	523	83.725
2017	88	37.365
2018	-	16.546
Total	2.180	426.025

16. Provisão para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis - As provisões constituídas para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, e respectivos depósitos judiciais são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisão por natureza				
Trabalhistas	-	-	6.914	6.883
Fiscais	50.657	36.171	89.296	67.867
Cíveis	-	-	8.611	7.100
	50.657	36.171	104.821	81.850
Depósito judicial				
Fiscais	(45.364)	-	(45.364)	-
Total	5.293	36.171	59.457	81.850

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis é a seguinte:

	Controladora		
	Fiscal	Depósito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	24.181	-	24.181
Constituições	13.475	-	13.475
Pagamentos	(3.720)	-	(3.720)
Encargos	2.235	-	2.235
Saldo em 31 de dezembro de 2010	36.171	-	36.171
Constituições	10.875	-	10.875
Pagamentos	-	(6.252)	(6.252)
Encargos	3.611	-	3.611
Vinculaçao com depositos judiciais ativo	-	(39.112)	(39.112)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	50.657	(45.364)	5.293

	Consolidado					
	Fiscal	Trabalhista	Civil	Total	Depósito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	48.046	5.016	6.124	59.186	-	59.186
Constituição	16.349	4.207	5.012	25.568	-	25.568
Pagamento	(3.720)	(2.340)	(4.036)	(10.096)	-	(10.096)
Encargos	7.192	-	-	7.192	-	7.192
Saldo em 31 de dezembro de 2010	67.867	6.883	7.100	81.850	-	81.850
Constituição	14.706	1.615	5.458	21.779	-	21.779
Pagamento	-	(1.702)	(3.982)	(5.684)	(6.252)	(11.936)
Encargos	6.723	118	35	6.876	-	6.876
Vinculaçao com depositos judicias ativo	-	-	-	-	(39.112)	(39.112)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	89.296	6.914	8.611	104.821	(45.364)	59.457

Processos tributários - a) Controladora - Processos de natureza fiscal provisionados - • Processo 2007.84.00.001176-6 - Em 2007, a Companhia impetrou ação na Justiça Federal do Rio Grande do Norte, argüindo a inconstitucionalidade do pagamento do PIS (Programa de Integração Social) e da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre ICMS embutido no preço de venda. A Companhia obteve liminar para suspender tais pagamentos, motivo, para constituir a provisão, contabilizada como obrigações sociais no passivo não circulante. Em janeiro de 2011, a liminar foi cassada e a Companhia para recorrer da decisão efetuou depósito judicial no mês de fevereiro de 2011 no valor de R$ 34.174, que acumulado até dezembro de 2011 totaliza R$ 42.546. Os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2011,foram atualizados pela taxa SELIC e montam em R$ 8.206 (em 31 de dezembro de 2010 - R$ 5.904) para o PIS e R$ 38.106 (em 31 de dezembro de 2010 - R$ 27.500) para a COFINS, ambos registrados na conta de Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis. O processo encontra-se em tramitação na 3ª Vara Federal do RN. • **Outros processos** - A Companhia possui ações questionando a cobrança do valor da contribuição do INCRA e a inclusão de verbas indenizatórias na base de calculo do INSS que, em 31 de dezembro de 2011, a provisão totalizava R$ 4.345. Com relação a esses processos, foi efetuado um depósito judicial de R$ 2.818.

Provisionado	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 - PIS/COFINS sobre ICMS	46.312	42.546	3.766
INCRA/INSS	4.345	2.818	1.527
Total	50.657	45.364	5.293

Processos de natureza fiscais não provisionados - • Processo 16707.003570/2005-57 e Processo 10469.725077/2011-11 - A Companhia sofreu autos de infração lavrados na esfera administrativa pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Recurso Voluntário nº 154.775), tendo como objeto a não exclusão das receitas de alugueis da base de cálculo do lucro da exploração, utilização de incentivos fiscais do imposto de renda, no período de 2001 a 2004 e de 2006 a 2009, cujos os valores históricos montam em R$ 129.140 e R$ 29.992, que atualizados até 31 de dezembro de 2011 são R$ 175.965 e R$ 30.817 respectivamente. Conforme pareceres de tributaristas e dos advogados que acompanham esses processos, os mesmos entendem a possibilidade de perda é remota, logo, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras. **b) Consolidado** - **Processos de natureza fiscal provisionados** - Os processos tributários encontram-se em fase de defesa administrativa ou em julgamento, como segue: • **Salário-educação - Ação Ordinária** - Através da Ação Ordinária nº 97.003.4561-0 e respectiva Ação Cautelar no98.03.067518-4, a Companhia questionou a cobrança da contribuiçãodo salário-educação. A partir da edição da Súmula 732 do Supremo Tribunal Federal - STF, a questão restou pacificada no sentindo da constitucionalidade da referida contribuição. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE procedeu à lavratura de Notificações para Recolhimento de Débitos - NRDs que foram contestadas de forma administrativa pela Companhia, em face do entendimento pela configuração da decadência, com trâmite perante os respectivos órgãos administrativos, tendo sido realizada a decorrente provisão do montante em discussão em face da possibilidade de perda provável da demanda, sendo provisionado o valor de R$ 5.587. • **PIS e COFINS - Créditos** - A Companhia, apoiada no parecer de seus assessores jurídicos, tem efetuado a inclusão de despesas consideradas com essenciais para sua atividade-fim na base de apuração de créditos de PIS e COFINS. Mensalmente, tais despesas são incluídas na base de cálculo das referidas contribuições, reduzindo o valor a pagar, sendo constituída provisão para riscos sobre tais créditos no valor de R$ 33.052. **Processos de natureza trabalhista e cível** - Os principais temas abordados nos processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, equiparação salarial e verbas rescisórias, entre outros. Os processos cíveis correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais, oriundos de seus clientes. A provisão para esses processos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. Os assessores jurídicos internos da Companhia faz a análise individual dos processos, levando em consideração o risco de perda e também se baseando em experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados. Adicionalmente, a controlada indireta Midway S.A. - Credito, Financiamento e Investimento possuía processos de natureza cível, cuja provisão contábil é de R$ 42.

Provisionado	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 PIS/COFINS sobre o ICMS	46.312	42.546	3.766
INCRA/INSS	4.345	2.818	1.527
Salário-Educação	5.587	-	5.587
PIS/COFINS - Créditos	33.052	-	33.052
Processos de Natureza trabalhista e cível	15.525	-	15.525
Total	104.821	45.364	59.457

Processos possíveis não provisionados - A Lojas Riachuelo S.A. possui reclamações tributárias no montante de R$ 39.166 (R$ 34.554 em 31 de dezembro de 2010) e R$ 43.097 no Consolidado (R$ 34.633 em 31 de dezembro 2010) considerando reclamações cíveis da controlada indireta Midway S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, para os quais seus assessores jurídicos classificam a possibilidade de perda como possível; portanto, não há provisão constituída, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os principais processos estão descritos a seguir: • **PIS - Semestralidade período de 1989 a maio de 1992 -** Refere-se ao auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal - SRF, tendo como objetivo a realização de compensação de valores de PIS indevidamente calculados sem consideração da base de cálculo semestral no período de 1989 a maio de 1992, cujo valor exigido com aplicação de multa e juros monta a R$ 14.898. A Companhia realizou a compensação com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial nº 92.0066185-8, que reconheceu definitivamente direito ao crédito, razão pela qual interpôs recurso administrativo que depende de decisão. Esse encargo não foi provisionado tendo em vista a legitimidade do crédito reconhecido em favor da Companhia, conforme decisão judicial e avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Companhia. • **PIS - Semestralidade período de junho de 1992 a janeiro de 1995** - A Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF lavrou auto de infração em virtude da realização de compensação de valores de PIS indevidamente calculados sem consideração da base de cálculo semestral a partir de junho de 1992 até janeiro de 1995, cujo valor exigido com aplicação de multa e juros monta a R$ 7.327 e encontra-se suspenso em virtude de recurso administrativo. A Controlada Lojas Riachuelo S.A. realizou a compensação na via administrativa com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial nº 92.0055201-3, que reconheceu definitivamente direito ao crédito, inclusive com aceite da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN nos autos, razão pela qual decidiu não provisionar esse encargo tendo em vista a legitimidade do crédito reconhecido em favor da Lojas Riachuelo S.A., conforme decisão judicial e avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A.. • **PIS - auto de infração base de cálculo indevida** - Tramitava na esfera administrativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SFR auto de infração, lavrado por aquele órgão, tendo como objeto a realização de compensação de valores relativos ao PIS indevidamente calculados e recolhidos com a inclusão das receitas financeiras na base de cálculo, cujo o valor exigido com a aplicação de multa e juros de mora monta a R$ 4.804. Atualmente, essa fase administrativa encontra-se encerrada, passando o questionamento para oJudiciário através da execução fiscal nº 0014723-34.2010.403.6182 devidamente garantida por carta de fiança bancária e suspensa pela interposição de Embargos à Execução nº 0026003-02.2010.403.6182. A controlada Lojas Riachuelo S.A. realizou a compensação com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial nº 88.0038891-4, que reconheceu definitivamente o direito ao crédito em virtude da declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nº 2445/88 e nº 2449/88, razão pela qual decidiu-se não provisionar esse encargo, tendo em vista que essa arrecadação foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal - STF, com avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A.. **Depósitos judiciais e outros** - Os tributos e as obrigações trabalhistas discutidos nas esferas administrativas e judiciais garantidos por depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ICMS - Execução fiscal (*)	-	-	5.596	5.596
INSS	-	2.165	592	2.719
Outros	1.682	790	2.032	1.166
Total	1.682	2.955	8.220	9.481

(*) ICMS - Execução fiscal: tendo por exequente a Fazenda do Estado Rio de Janeiro. Foi ajuizada, em setembro de 2009, execução fiscal que tramita perante a 11ª Vara da Fazenda Pública daquele Estado sob o nº 2009.001.228723-0. Através da referida execução fiscal, o Fisco Estadual executa um montante de R$ 5.596, originado através da modalidade de arbitramento administrativo dos valores relativo às operações tributadas realizadas no exercício de 2004 pela controlada Lojas Riachuelo S.A. no estado do Rio de Janeiro, com a inserção de um percentual de 70% sobre as saídas de mercadorias promovidas pelo estabelecimento. Discordando do entendimento do Fisco Estadual e uma vez garantido o Juízo através de depósito integral do montante executado, depósito este realizado em dezembro de 2009. A controlada apresentou embargos à execução fiscal que representaram a suspensão do curso da execução e remessa dos autos para julgamento do mérito em primeira instância judicial. A Controlada, apoiada pelos seus assessores jurídicos internos, decidiu não provisionar esse encargo tendo em vista que a probabilidade de perda desse processo foi avaliada como possível.

Movimentação - Depósito judicial e outros

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2009	15.644	22.097
Depósitos	854	927
Baixa de depósito	(13.543)	(13.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.955	9.481
Depósitos	37.843	37.922
Baixa de depósito	(4)	(71)
Vinculação com provisões para riscos trabalhistas, fiscais e civeis	(39.112)	(39.112)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.682	8.220

No item "Outros" de 31 de dezembro de 2011 e 2010, está incluso o valor de R$ 434 referente a empréstimos compulsórios.

17. Obrigações com Administradoras de Cartões - A partir do final do exercicio de 2010 a controlada Lojas Riachuelo S.A. passou a oferecer o cartão embandeirado aos seus clientes com as bandeiras Visa e Mastercard. O saldo de R$ 80.054 em 31 de dezembro 2011 (R$ 2.689 em 31 de dezembro de 2010) representa as contas a pagar com as operadoras de cartão de crédito, decorrentes da utilização, pelos seus clientes, do cartão "co-branded" em transações de compra de produtos no varejo em geral, as quais são repassadas as respectivas operadoras em um prazo de 7 dias da data da transação.

18. Patrimônio Líquido - O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, está representado por 62.400.000 ações nominativas escriturais, sendo 31.200.000 ações ordinárias e 31.200.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. **Aumento do Capital Social Realizado** - Na Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2011, foi autorizada a elevação do capital social da Companhia de R$ 1.500.000 para R$ 1.700.000, sem aumento de ações, mediante a capitalização de Reservas de Lucros no montante de R$ 200.000 (na Assembleia de 24 de abril de 2010, o aumento foi de R$ 1.300.000 para R$ 1.500.000).

	Composição com destaque dos principais acionistas					
			Escritural		Escritural	
Acionista	Total	%	Ordinária	%	Preferencial	%
Nevaldo Rocha	26.172.253	41,94	11.505.686	36,88	14.666.567	47,01
Lisiane Gurgel Rocha	8.683.922	13,92	4.204.800	13,48	4.479.122	14,36
Elvio Gurgel Rocha	8.439.718	13,53	4.015.596	12,87	4.424.122	14,18
Flavio Gurgel Rocha	8.339.717	13,36	3.915.595	12,55	4.424.122	14,18
Newton Rocha de Oliveira Jr	1.040.000	1,67	555.000	1,78	485.000	1,55
Nelson Rocha de Oliveira	672.435	1,08	336.220	1,08	336.215	1,08
CSHG V M FUN INV Multimercado	645.855	1,04	645.855	2,07	-	-
Nilton Ferreira do Monte	395.500	0,63	5.500	0,02	390.000	1,25
Kondor I S CAP FI AC Exclusivo	384.900	0,62	384.900	1,23	-	-
Oswaldo Aparecido Nunes	373.000	0,60	203.400	0,65	169.600	0,54
Rodrigo Monte Rocha	361.800	0,58	83.500	0,27	278.300	0,89
Itaú Valor Ações Fundo de Inv	263.200	0,42	263.200	0,84	-	-
Outros	6.627.700	10,62	5.080.748	16,28	1.546.952	4,96
Total	62.400.000	100,00	31.200.000	100,00	31.200.000	100,00

Direito das ações - • Ações ordinárias - Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembléia Geral. **• Ações preferenciais** - As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos fixados pela Assembléia Geral dos Acionistas e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia, além da vantagem de dividendos superiores às ações ordinárias em 10%, nos termos da Lei nº 10.303/01. Adicionalmente, as ações preferenciais estabelecem preferência para subscrição de ações da mesma classe, no aumento do capital social, na proporção do numero de ações de cada sócio. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Em conformidade com o Art. 4-A da Lei nº 6.474/76, as ações em circulação no mercado estão representadas por 7.557.650 ordinárias e 3.205.394 preferenciais e estão custodiadas no Banco Itaú S.A. Os dividendos propostos foram estabelecidos como segue:

	2011	2010
Lucro Líquido do Exercício	363.852	337.795
Incentivo fiscal do imposto de renda	(44.183)	(37.248)
Constituição de reserva de legal	(15.983)	(15.027)
Base de cálculo do dividendo	303.686	285.520
Dividendo mínimo obrigatório	75.920	71.380
Dividendo adicional proposto	207	68
Dividendo proposto	76.127	71.448
Percentual sobre a Base de Cálculo - %	25,07	25,02

A movimentação dos dividendos no exercício de 2011 está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Saldo inicial	71.837	41.305
Dividendos Complementares	68	666
Pagos no periodo	(29.996)	(6.194)
Utilização para elevação dos saldos de partes relacionadas (*)	(40.828)	(35.140)
Dividendos prescritos em 2011	(554)	(180)
Dividendos proposto de 2011	75.920	71.380
Saldo final	76.447	71.837

(*) Dividendos dos acionistas majoritários transferidos para partes relacionadas (contrato de mútuo).

	Quantidade de ações	2011	2010
Dividendo por ação:			
Ordinária - R$ 1,16 (2010 - R$ 1,09)	31.200.000	36.192	34.008
Preferencial - R$ 1,28 (2010 - R$ 1,20)	31.200.000	39.935	37.440

O saldo remanescente do lucro do exercício de 31 de dezembro de 2011 de R$ 227.559 foi transferido para uma reserva de lucros e será utilizado na modernização das fábricas e para aumento de capital de giro, conforme orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral. **Reservas de Lucros** - **a) Reserva legal** - A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia. **b) Reserva de investimentos** - Os lucros, após as apropriações da reserva legal, reserva de incentivo fiscal - SUDENE e atribuição dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas são transferidos para a conta de reserva para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital da Companhia. O orçamento de capital da Companhia, com a justificativa de retenção de lucros para a reserva para investimentos propostos para o exercício de 2011, incluindo as fontes de recursos e aplicações de capital, será submetido pelos órgãos da administração à Assembléia Geral Ordinária que deliberará sobre o balanço do exercício. O saldo referente à apropriação da reserva para investimentos do exercício de 2010 foi aprovado na Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril de 2011. Referente ao exercício de 2011 será aprovado na próxima assembléia. **c) Reserva de incentivos fiscais** - **Imposto de renda** - A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos de sua fabricação nas unidades fabris localizadas em Natal e Fortaleza. Esses incentivos, concedidos pela SUDENE, consistem na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados em cada unidade fabril, até o ano-base de 2017. Conforme laudos constitutivos emitidos pelo Ministério da Integração Nacional, as condições a serem regularmente satisfeitas para a manutenção do referido incentivo nas unidades de Natal e Fortaleza são as elencadas abaixo. O descumprimento das mesmas eliminará o incentivo. a) Atendimento à legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente (Lei nº 6.938/81 e Decreto nº 94.075/87); b) Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício, observando as premissas do Decreto nº 64.214/69; c) Proibição da distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução; d) Constituição de reserva de capital com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social (Decreto-lei nº 1.598/77); e) Obrigação de aplicar o valor da redução em atividades diretamente ligadas à produção (Decreto nº. 64.214/69); f) Apresentação anual à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE de certidão de regularidade fiscal em relação aos tributos federais e da certidão negativa de débito para a previdência social. A partir de 2008, o incentivo fiscal do Imposto de renda vem sendo contabilizado diretamente à conta de imposto de renda no resultado, que, no período findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R$ 44.183 (em 31 de dezembro de 2010 - R$ 37.248). A administração da Companhia está destinando este incentivo, como Reserva de lucros - incentivos fiscais, com o pressuposto de aprovação na Assembléia Geral Ordinária. Os recursos promovidos pelo incentivo não são distribuídos como dividendos e serão totalmente incorporados ao capital, exigência contida nas normas da SUDENE, como condições de prestação de contas. **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS -** A Companhia possui incentivo fiscal no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI concedido até agosto do ano de 2023, correspondente a financiamento equivalente a 75% do ICMS devido, corrigido pela TJLP, e amortização com desconto de 99% após carência de 1 mês. Adicionalmente, a Companhia é beneficiária de incentivos no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte - PROADI, concedidos até maio de 2019, sob a forma de financiamentos equivalentes a 75% do valor do ICMS. Os financiamentos estão sujeitos a juros de 3% a.a. e a atualização monetária com base na variação da TR. A amortização das parcelas ocorrerá com desconto de 99% do valor atualizado, após carência de 2 meses. Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da conta de despesas de ICMS que, no período findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R$ 73.924 (em 31 de dezembro de 2010 - R$ 64.202). Para operacionalização dos financiamentos, a Companhia mantém contrato firmado com o Bradesco S.A., no Estado do Ceará e a AGN - Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., no estado do Rio Grande do Norte, através de uma conta corrente mantida no Banco do Brasil S.A. **d) Ajuste de avaliação patrimonial** - **Custo atribuído do imobilizado** - Conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPCs (1º de janeiro de 2009). A contrapartida do referido ajuste, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. Esta rubrica é realizada contra a conta de lucros acumulados na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia.

Descrição	Custo atribuído do imobilizado	Tributos Diferidos	Custo atribuído do imobilizado Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2009	273.797	(93.090)	180.707
Realização da depreciação	(5.944)	-	(5.944)
Realização do imposto de renda econtribuição social	-	2.021	2.021
Saldo em 31 de dezembro de 2010	267.853	(91.069)	176.784
Realização da depreciação	(8.377)	-	(8.377)
Realização do imposto de renda econtribuição social	-	2.848	2.848
Saldo em 31 de dezembro de 2011	259.476	(88.221)	171.255

Outros resultados abrangentes - Reserva de reavaliação de investimentos

Referem-se aos ativos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo mantido pela controlada Midway S.A. - Crédito, Financiamento, conforme nota explicativa nº 05.

19. Partes Relacionadas

I. Saldos

Ativo circulante

	Controladora			
	Títulos e valores mobiliários		Contas a receber	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Controladas				
Lojas Riachuelo S.A.				
- Duplicatas (a)	-	-	239.750	234.706
- Aluguel, dividendos e outros (b)	-	-	75.226	41.255
Midway Shopping Center Ltda. (e)	-	-	21.988	17.098
Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento(f)	67.374	74.390	-	-
	67.374	74.390	336.964	293.059

Ativo não circulante e passivo circulante

	Ativo não Circulante		Passivo Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Controladas				
Lojas Riachuelo S.A. - Prestações	-	-	381	333
Midway Shopping Center Ltda. (d)	-	23.283	-	-
Total	-	23.283	381	333

	Controladora e Consolidado	

guararapes
GUARARAPES CONFECÇÕES S/A

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A E CONTROLADAS
Rodovia RN 160Km 3, s/n Bloco A 1 andar - Distrito Industrial - Natal-RN - CEP 59115-900
Tel: (84) 3204-1100 - Fax: (84) 3227-2337 - CNPJ nº 08.402.943/0001-52 - I.E 20.001.611-3

riachuelo midway financeira

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

Consolidado

	2011	2010
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados		
Mercadoria para revenda	(601.294)	(454.946)
Materia-prima	(241.556)	(231.039)
Pessoal	(228.966)	(234.813)
Depreciação e amortização	(18.470)	(11.722)
Outros custos(a)	(207.898)	(182.881)
Total de custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(1.298.184)	(1.115.401)

- Despesas comerciais

Controladora

	2011	2010
Despesas com pessoal (b)	(1.548)	(1.324)
Serviços de terceiros (c)	(157)	(74)
Materiais (d)	(133)	(677)
Serviços públicos	(91)	(100)
Impostos e taxas diversas	(3)	(11)
Fretes	(6.322)	(6.278)
Outras despesas	(22)	(379)
Total	(8.276)	(8.843)

Consolidado

	2011	2010
Despesas com pessoal (b)	(324.861)	(262.620)
Serviços de terceiros (c)	(48.452)	(38.113)
Materiais (d)	(30.003)	(25.347)
Despesas com viagens	(8.013)	(6.813)
Serviços públicos	(65.419)	(56.314)
Impostos e taxas diversas	(17.108)	(13.314)
Fretes	(6.322)	(6.278)
Despesa com propaganda	(66.782)	(58.850)
Despesa com aluguéis	(105.221)	(87.874)
Provisão para credito de liquidação duvidosa	(92.216)	(94.211)
Outras despesas	(118.446)	(29.628)
Total	(882.843)	(679.362)

- Despesas gerais e administrativas

Controladora

	2011	2010
Despesas com pessoal (b)	(18.878)	(16.392)
Serviços de terceiros (c)	(2.549)	(2.316)
Materiais (d)	(2.168)	(4.988)
Serviços públicos	(1.333)	(1.606)
Impostos e taxas diversas	(2.629)	(2.157)
Outras despesas (e)	(8.007)	(18.326)
Total	(35.564)	(45.785)

Consolidado

	2011	2010
Despesas com pessoal (b)	(139.744)	(109.100)
Serviços de terceiros (c)	(24.165)	(42.410)
Materiais (d)	(8.783)	(8.691)
Serviços públicos	(9.533)	(4.191)
Impostos e taxas diversas	(13.335)	(15.982)
Impressão e postagem de extratos	(47.163)	(38.562)
Despesas com cobrança	(29.444)	(27.503)
Despesas com titulos de capitalização	(4.947)	(4.499)
Outras despesas (e)	(19.476)	(23.248)
Total	(296.590)	(274.186)

(a) Inclui os custos dos serviços prestados da Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos e Transportadora Casa Verde Ltda. a terceiros. (b) Corresponde a despesas com provisão de férias, 13º salários e encargos, salários e ordenados, horas-extras, gratificações eventuais e despesas com bolsistas, encargos rescisórios e gastos com vale transporte dos funcionários da Companhia e de suas controladas. (c) Corresponde a contratação de serviços de pessoas jurídicas e físicas como: gastos serviços hospitalares, serviços de assessoria administrativa, assessoria de serviços de manutenção e consultoria de tecnologia da informação. (d) Refere-se a gastos com aquisições de materiais para embalagens, gastos com materiais de limpeza, despesas com combustíveis e lubrificantes, gastos com peças e acessórios, materiais de escritório, cestas básicas, utilizados pela Companhia e suas controladas. (e) Refere-se a despesas com fretes, tarifas bancárias, viagens, custeio de veículos, encargos judiciais, multas e penalidades utilizados pela Controladora.

23. Resultado Financeiro

Controladora

	2011	2010
Receitas Financeiras		
Rendimentos aplicações financeiras	4.669	2.183
Juros ativos	2.266	3.002
Descontos obtidos	7.918	1.433
	14.853	6.618
Despesas Financeiras		
Juros sobre financiamento	(5.432)	(222)
Juros passivos	(4.509)	(4.983)
Descontos concedidos	(974)	(1)
	(10.915)	(5.206)
Resultado Financeiro	3.938	1.412

Consolidado

	2011	2010
Receitas Financeiras		
Operações com cartões	-	22.489
Rendimentos aplicações financeiras	24.581	17.329
Juros ativos	2.516	3.153
Descontos obtidos	14.505	9.663
Outras receitas financeiras	3.485	4.994
	45.087	57.628
Despesas Financeiras		
Juros sobre financiamento	(43.741)	(19.188)
Juros passivos	(6.613)	(5.486)
Tarifas bancárias	(469)	(2.294)
Descontos concedidos	(2.550)	(27.300)
Outras despesas financeiras	(4.752)	(5.236)
	(58.125)	(59.504)
Resultado Financeiro	(13.038)	(1.876)

24. Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas

	Controladora	
	2011	2010
Aluguéis	49.251	47.201
Recuperação de débitos	557	204
Outros	(4.205)	(5.313)
Total	45.603	42.092

	Consolidado	
	2011	2010
Outras receitas operacionais		
Aluguéis	149	-
Luvas	-	400
Recuperação de débitos	11.876	3.456
Multa contratual	585	319
Tarifa de cadastro	1.194	7.155
Outros	90	(5.550)
Total	13.894	5.780

25. Arrendamento Operacional - Locação de Lojas - Em 31 de dezembro de 2011, a controlada Midway Shopping Center Ltda. possuía 281 contratos de locação de suas lojas firmados, sendo 280 com terceiros e 01 com a parte relacionada Lojas Riachuelo S.A., os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, prevêem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de cinco anos, sujeitos à renovação. Os contratos de alugueis das áreas brutas locáveis ("ABL") do Shopping Midway possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação. O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente a 3% a 5% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco a quinze anos, sujeitos à renovação. No exercício, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R$ 42.612 (R$ 35.642 em 31 de dezembro de 2010) no Midway Shopping Center Ltda. e R$ 42.612 (R$ 35.642 em 31 de dezembro de 2010) no consolidado. Os compromissos futuros (consolidado) da controlada Midway Shopping Center Ltda., oriundos destes contratos, a valores de 31 de dezembro de 2011 totalizam um montante mínimo de R$ 370.203, sendo:

Vencimento	Valor
2012	41.192
2013	42.551
2014	43.955
2015	45.405
Demais vencimentos até 2019	197.100
Total	370.203

26. Lucro por Ação - Conforme as determinações do IAS 33, "Lucro por ação" e do CPC 41, "Resultado por ação", o resultado atribuído por ação ON e PN é calculado pela divisão do resultado líquido apurado pela quantidade de ações ON e PN da companhia disponível durante o período. Não foi utilizada a média ponderação de ações disponível, pois a Companhia não emitiu novas ações no exercício. Demonstramos a reconciliação do lucro líquido do período com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação:

	2011	2010
Numerador básico		
Alocação do lucro líquido dos períodos para os acionistas	363.852	337.796
Denominador básico		
Ações disponíveis - mil	62.400	62.400
Lucro líquido basico por ação - R$		
ON	5,553	5,156
PN	6,109	5,671

A Companhia não tem instrumentos que não foram incluídos no cálculo por ação por serem antidilutivos.

27. Instrumentos Financeiros - a) Gestão do risco de capital - A Companhia pratica operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com a finalidade de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. O gerenciamento dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizados por meio de definição de metas, estratégias e procedimentos de controle definidos pela Administração da Companhia para que tais riscos sejam minimizados a cada período. Além disso, a Companhia gerencia seus recursos, a fim de maximizá-los e assegurar a continuidade das operações das empresas controladas e controladora, com objetivo de trazer retorno contínuo aos acionistas e outras partes interessadas. Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Total dos empréstimos e financiamentos	2.966	6.112	563.130	394.031
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(377)	(290)	(110.705)	(131.051)
(-) Títulos e valores mobiliários	(67.374)	(74.390)	(161.942)	(194.619)
Dívida (caixa) líquida	(64.785)	(68.568)	290.483	68.361
Total do patrimônio líquido	2.238.348	1.949.478	2.238.348	1.949.478
Total do capital	2.173.563	1.880.910	2.528.831	2.017.839
Índice de dívida líquida	-2,98%	-3,65%	11,49%	3,39%

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros:				
Mantidos para venda-				
Títulos e valores mobiliarios	67.374	74.390	161.942	194.619
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	377	290	110.705	131.051
Contas a receber de clientes	239.880	234.684	1.078.578	843.138
	307.631	309.364	1.351.225	1.168.808

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Passivos financeiros:				
Ao custo amortizado				
Empréstimos e Financiamentos	2.966	6.112	563.130	394.031
Fornecedores	10.938	31.486	222.116	208.527
	13.904	37.598	785.246	602.558

A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não praticam instrumentos financeiros para fins especulativos. A Administração da Companhia e de suas controladas considera que os instrumentos financeiros registrados em suas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil correspondem substancialmente aos montantes que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado. O saldo da rubrica "Empréstimos e Financiamentos" são atualizados monetariamente com base nos índices de mercado (TJLP) e taxas contratuais (vide explicativa nº 15); portanto, o saldo devedor registrado no fim de cada exercício de relatório está próximo do valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários registrados pela Companhia foram classificados como ativos financeiros disponíveis para venda e mensuradas pelo valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos no patrimônio liquido. Os saldos registrados no consolidado, representados por LTF's e LTN's da controlada indireta Midway S.A - Crédito, Financiamento e Investimento, em 31 de dezembro de 2011, estão classificados como títulos e valores mobiliários como investimentos de curto prazo, no montante de R$ 161.942 (R$ 194.619 em 31 de dezembro de 2010), conforme nota explicativa nº 5, classificadas como disponíveis para venda e reconhecidas pelo valor justo com os ganhos e perdas não realizadas reconhecidos no patrimônio líquido. O valor justo destes ativos financeiros foi determinado com base em modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados. **c) Riscos financeiros** - As atividades da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas estão expostas a alguns riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. **d) Gestão do risco de taxa de juros** - A Companhia e suas controladas diretas e indiretas podem incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos financeiros praticados, captados junto ao mercado. Em relação às aplicações financeiras mantidas pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas, as mesmas possuem condições de contratação atuais semelhantes àquelas em que as mesmas se originaram e, portanto, os valores registrados estão próximos aos valores de mercado. Essas aplicações financeiras foram consideradas como equivalentes de caixa e também como títulos e valores mobiliários, sendo neste caso classificadas como ativos financeiros mantidos para venda. A análise de sensibilidade foi desenvolvida conforme Instrução CVM nº 475/08, considerando a exposição à variação da TJLP, principal indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras. Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas: • Identificação dos riscos de mercado. • Definição do cenário provável do comportamento de risco (Cenário I). • Definição de dois cenários com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco (Cenário II e Cenário III, respectivamente). • Apresentação do impacto dos cenários definidos. A Companhia mantêm parte substancial de equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários indexados a variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme obtidos do relatório de inflação do Banco Central do Brasil, emitido em dezembro de 2011, indica uma taxa efetiva da SELIC em 10%, cenário provável para 2012.

Análise de sensibilidade das variações de taxas de juros

	Cenários negativos			Cenários positivos	
Taxa	Remoto I (-50%)	possível (-25%)	Cenário Provável	possível II (+25%)	remoto II (+50%)
CDI	5,00%	7,50%	10,00%	12,50%	15,00%
TJLP	3,00%	4,50%	6,00%	7,50%	9,00%

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Controladora

				Cenários negativos			Cenários positivos	
Operação	Risco	Taxa Projetada	Cenário contábil	Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)	Cenário Provável	Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
Ativos:								
Titulos e valores mobiliarios	CDI	10,00%	67.751	70.743	72.427	74.111	75.796	77.480
Total			67.751	70.743	72.427	74.111	75.796	77.480
Passivos:								
Financiamento de ativo fixo (*)	-	4,50%	2.776	2.903	2.903	2.903	2.903	2.903
Outros empréstimos	-	2,90%	190	193	194	196	197	198
Total			2.966	3.096	3.097	3.099	3.100	3.101
(*) Operações pré-fixadas não sujeitas a variações de índices								
Resultado:								
Receitas de aplicações			4.669	3.369	5.053	6.737	8.422	10.106
Despesa de juros sobre empréstimos			(5.432)	(128)	(129)	(131)	(132)	(133)

Consolidado

				Cenários negativos			Cenários positivos	
Operação	Risco	Taxa	Cenário contábil	Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)	Cenário Provável	Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
Ativos:								
Títulos e valores mobiliários	SELIC	10,00%	161.942	170.039	174.088	178.136	182.185	186.233
Total			161.942	170.039	174.088	178.136	182.185	186.233
Passivos:								
Empréstimos -TJLP	TJLP	6,00%	524.621	540.360	548.229	556.098	563.968	571.837
Empréstimos - CDI	CDI	10,00%	18.238	19.150	19.606	20.062	20.518	20.974
Financiamento de ativo fixo (*)	-	4,50%	18.065	18.878	18.878	18.878	18.878	18.878
Outros empréstimos e financiamentos	-	2,90%	2.206	2.238	2.254	2.270	2.286	2.302
Total			563.130	580.626	588.967	597.308	605.650	613.991
(*) Operações pré-fixadas não sujeitas a variações de índices								
Resultado:								
Receitas de aplicações financeiras			24.581	36.802	42.913	24.442	55.135	61.245
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos			(43.741)	(17.496)	(25.837)	(34.178)	(42.520)	(50.861)

e) Gestão do risco da taxa de câmbio - O risco cambial da Companhia provém, basicamente, da importação de produtos para revenda. Atualmente a Companhia não faz nenhum tipo de proteção a possíveis variações cambiais, pois considera os seguintes aspectos: (i) curto prazo de pagamento que, em média, é de 60 dias; e (ii) baixo volume de importação, onde uma maxivalorização do dólar norte-americano significaria uma redução das margens desses produtos. A análise de sensibilidade requerida Instrução CVM nº 475/08 foi determinada com base na exposição a variações de cotação no dólar norte-americano convertidos a cotações projetadas para o exercício 2012, com base nos relatórios de inflação divulgados pelo Banco Central do Brasil. Em relação aos cenários foram utilizadas as mesmas premissas da gestão de risco da taxa de juros acima mencionada. A Administração da Companhia não considera a possibilidade de variações significativas nas taxas de câmbio.

	Cenários negativos			Cenários positivos	
Taxa	Remoto I (-50%)	possível (-25%)	Cenário Provável	possível II (+25%)	remoto II (+50%)
US$	0,90	1,35	1,80	2,25	2,70

Consolidado

				Cenários negativos			Cenários positivos	
Operação	Risco	Taxa	Cenário contábil	Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)	Cenário Provável	Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
Passivos:								
Fornecedores estrangeiros	Dólar	1,80	28.281	53.735	66.462	79.189	91.915	104.642
Resultado:								
Efeito líquido da variação cambial no resultado			1.895	1.015	1.523	2.030	2.538	3.046

f) Valor justo dos instrumentos financeiros - Os títulos e valores mobiliários foram considerados de Nível 1 e o valor justo relacionado a eles foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais- ANBIMA para instrumentos similares.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
					2011
	Valor de mercado				
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total	Valor atualizado	Ajuste mercado (*)
LTNs	161.942	-	161.942	160.372	1.570

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
					2010
	Valor de mercado				
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total	Valor atualizado	Ajuste mercado (*)
LFTs	22.489	29.236	51.725	51.745	- 21
LTNs	142.894	-	142.894	142.991	- 97
LTNs	165.383	29.236	194.619	194.736	- 118

(*) O ajuste a valor de mercado está registrado na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, líquido dos respectivos impostos.

g) Gestão de risco de crédito - As atividades da Companhia compreendem a comercialização de confecções em geral, os artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de seus clientes, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira adotam uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como monitoramento tempestivo dos saldos a receber. A Midway Financeira, que detém os saldos a receber de clientes, apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R$154.798 (R$ 142.105 em 31 de dezembro de 2010), para cobrir os riscos de crédito. **h) Gerenciamento do risco de liquidez** - A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

		Consolidado					
		Fluxo de caixa contratual					Total do fluxo
Operação	Valor Contabil	1 a 6 meses	7 a 12 meses	2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	de caixa contratual
Fornecedores	222.116	222.116	-	-	-	-	222.116
Empréstimos e Financiamentos	563.130	76.129	67.682	128.320	294.206	59.157	625.494
	785.246	298.245	67.682	128.320	294.206	59.157	847.610

Empréstimos e Financiamentos projetados por vencimento - Consolidado

Vencimento	Valor
2012	143.811
2013	128.320
2014	113.191
2015	92.481
2016	88.535
2017	38.508
2018	20.648
Total	625.494

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. Além disso, a Companhia apresenta excelente capacidade de geração de caixa. **i) Concentração de risco** - Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia estão basicamente registrados na rubrica "contas a receber" relacionados às transações realizadas com a controlada indireta Midway Financeira, que representam 67% (69% em 31 de dezembro de 2010) do total das transações de vendas com cartão de crédito. O restante do saldo é composto entre as administradoras constantes no mercado. Com relação ao risco de crédito nos saldos registrados na rubrica "títulos e valores mobiliários", a Administração acredita ser limitada a sua exposição, pois as instituições financeiras possuem altos "ratings" de crédito concedidos por agências avaliadoras de crédito.

j) Linhas de financiamento

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Saldos bancários a descoberto assegurado:		
Utilizado	148.994	65.403
Não utilizado	1.129.740	1.159.502
Saldos do BNDES a descoberto assegurado:		
Utilizado	613.461	389.087
Não utilizado	118.039	60.913

28. Informação por Segmento - O Grupo Guararapes está amparado nos segmentos denominados "Varejo" e "Financeira", através de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e tomada de decisão sobre alocação de recursos e/ou investimentos. O segmento "Varejo" corresponde ao negócio de revenda de mercadorias realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País. O segmento "Financeira" corresponde as operações de crédito ao consumidor, concedidas por meio do cartão "Riachuelo". No segmento "Outros" correspondem a operação fabril, transportes e locação.

a) Ativos e passivos

	31/12/2011				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativos					
Ativos circulante	1.285.830	1.170.099	638.989	(1.140.838)	1.954.080
Ativos não circulante	1.168.008	44.191	2.445.263	(1.900.592)	1.756.870
Total dos ativos	2.453.838	1.214.290	3.084.252	(3.041.430)	3.710.950
Passivos					
Passivos circulante	860.205	908.280	153.933	(1.100.432)	821.986
Passivos não circulante	470.700	3.777	176.140	(1)	650.616
Total dos passivos	1.330.905	912.057	330.073	(1.100.433)	1.472.602
Patrimônio líquido	1.122.933	302.233	2.754.179	(1.940.997)	2.238.348
Passivos mais patrimônio líquido	2.453.838	1.214.290	3.084.252	(3.041.430)	3.710.950

	31/12/2010				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativos					
Ativos circulante	1.181.785	1.010.829	579.943	(1.134.100)	1.638.457
Ativos não circulante	849.262	36.347	2.117.669	(1.472.571)	1.530.707
Total dos ativos	2.031.047	1.047.176	2.697.612	(2.606.671)	3.169.164
Passivos					
Passivos circulante	769.397	854.913	179.441	(1.107.052)	696.699
Passivos não circulante	343.350	-	195.732	(16.095)	522.987
Total dos passivos	1.112.747	854.913	375.173	(1.123.147)	1.219.686
Patrimônio líquido	918.300	192.263	2.322.439	(1.483.524)	1.949.478
Passivos mais patrimônio líquido	2.031.047	1.047.176	2.697.612	(2.606.671)	3.169.164

b) Resultados

	31/12/2011				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	2.447.365	558.640	962.973	(922.954)	3.046.024
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos (*)	(1.376.601)	(151.791)	(684.919)	915.127	(1.298.184)
Lucro bruto	1.070.764	406.849	278.054	(7.827)	1.747.840
Despesas com vendas	(807.752)	(96.851)	(8.276)	30.036	(882.843)
Despesas administrativas	(148.428)	(146.421)	(43.380)	41.639	(296.590)
Depreciação	(72.997)	(200)	(18.494)	-	(91.691)
Honorários	(4.940)	(1.861)	(4.394)	-	(11.195)
Outras receitas (despesas) Operacionais	11.554	29.543	46.195	(73.399)	13.893
Resultado de equivalência patrimonial	108.947	-	154.605	(263.552)	-
Despesas operacionais	(913.616)	(215.790)	126.256	(265.276)	(1.268.426)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	157.148	191.059	404.310	(273.103)	479.414
Resultado financeiro	(9.292)	(10.681)	3.897	3.038	(13.038)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	147.856	180.378	408.207	(270.065)	466.376
Informações suplementares					
(*) Depreciação incluida no custo	-	-	(18.291)	-	(18.291)

	31/12/2010				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	2.190.137	384.272	860.606	(827.031)	2.607.984
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.271.857)	(71.328)	(603.274)	831.058	(1.115.401)
Lucro bruto	918.280	312.944	257.332	4.027	1.492.583
Despesas com vendas	(643.921)	(90.985)	(8.844)	64.388	(679.362)
Despesas administrativas	(130.859)	(103.682)	(54.691)	15.046	(274.186)
Depreciação	(58.603)	(184)	(18.360)	-	(77.147)
Honorarios	(4.352)	(2.734)	(5.538)	-	(12.624)
Outras receitas(despesas) Operacionais	2.705	37.653	42.458	(77.036)	5.780
Resultado de equivalencia patrimonial	84.077	-	172.593	(256.670)	-
Despesas operacionais	(750.953)	(159.932)	127.618	(254.272)	(1.037.539)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	167.327	153.012	384.950	(250.245)	455.044
Resultado financeiro	10.257	(12.810)	1.294	(617)	(1.876)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	177.584	140.202	386.244	(250.862)	453.168
Informações suplementares					
(*) Depreciação incluida no custo	-	-	(11.441)	-	(11.441)

Os valores apresentados para conciliação dos saldos contábeis refletem as eliminações das transações entre partes relacionadas para fins de consolidação. As práticas contábeis dos segmentos reportáveis são as mesmas adotadas pela Companhia, descritas na nota explicativa nº 2. Essa é a mensuração reportada para o principal tomador de decisões operacionais para fins de alocação de recursos e avaliação do desempenho dos segmentos.

29. Cobertura de Seguros - A Companhia mantém a política de não contratar seguros contra incêndios para parte substancial dos seus ativos. Essa política leva em consideração os seguintes aspectos: a) Parque fabril distribuído em cinco fábricas segregadas fisicamente; b) Imóveis comerciais, centro de distribuição e correspondentes estoques de produtos segregados fisicamente; c) Sistemas de processamento de dados protegidos por "backup"; d) Todas as instalações possuem aparelhamento específico para combate imediato a eventuais incêndios; e e) Não há, nos cerca de 50 anos de existência da Companhia, históricos de incêndios que tenham trazido perdas relevantes. As premissas de risco adotadas, dada a natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

30. Compromissos, Obrigações e Direitos Contratuais entre Partes Relacionadas - A Lojas Riachuelo S.A. é locatária em 49 contratos de aluguel de imóveis (prédios e lojas) da Companhia, dos quais 45 são de lojas, onde os alugueis são calculados a 3% do faturamento bruto (vendas com impostos) e os demais contratos geram um aluguel de R$ 899 a serem pagos mensalmente, sendo 2 centros de distribuição, 1 prédio ocupado pela matriz da Lojas Riachuelo S.A. e 1 depósito na região de Brasília-DF.

31. Informações Adicionais aos Fluxos de Caixa - A Administração da Companhia define como "caixa e equivalentes de caixa" valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Os saldos que compõem esta conta estão representados conforme nota explicativa nº 5. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia e Controladas são como segue:

Valores que não afetaram o Fluxo de Caixa	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Dividendos propostos	75.290	71.380	75.290	71.380
Transferência dos Dividendos a pagar para Partes Relacionadas	40.828	35.140	40.828	35.140
Transferência de Lucros a Distribuir para Investimentos em Controladas	30.000	-	-	-
Transferência de Contas Receber de Clientes para Investimentos em Controladas	100.000	-	-	-

32. Plano Previdenciário - Em dezembro de 2011, a Companhia e as controladas contratou a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. para administrar o plano de previdência complementar denominado "Riachuelo PREV", que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o estabelecido em contrato. O plano é de contribuição definida e é aberto para a participação todos os funcionários, mediante desconto em folha de pagamento. Por ser um plano de contribuição definida, possíveis riscos atuariais (riscos de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e os riscos de investimento (risco de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelos empregados e não pela Companhia, além de não possuir nenhum benefício pós-aposentadoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as contribuições efetuadas pela Companhia e Controladas e pelos participantes estão apresentadas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Contribuição da Companhia	91	696
Contribuições dos funcionários	83	650
Total	174	1.346

33. Eventos Subsequentes - • Em janeiro de 2012 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social liberou um parcela de R$ 9.700 para a Guararapes Confecções S.A. referente ao projeto apresentado em 2011. • Em fevereiro de 2012 foi retomada construção do novo galpão de Fortaleza, cujo o valor orçado do investimento é de R$ 10.000.

34. Aprovação para Emissão das Demonstrações Financeiras - As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para publicação pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 09 de março de 2012.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nevaldo Rocha - *Presidente*
Lisiane Gurgel Rocha - *Vice-Presidente*
Elvio Gurgel Rocha - *Conselheiro*

CONSELHO FISCAL

Ronald Gurgel - *Conselheiro*
João Luiz Moreira de Mascarenhas Braga - *Conselheiro*
Hélio de Albuquerque Aragão - *Conselheiro*

DIRETORIA EXECUTIVA

Nevaldo Rocha - *Presidente*
Flavio Gurgel Rocha - *Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores*
Paulo Ferreira Machado - *Diretor*
Raimundo Juscelino Viana Fernandes *Contador - CRC - CE 008019/T1*

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Parecer do Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal da Guararapes Confecções S.A., instalado em 23 de março de 2012, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o relatório da administração da Companhia, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa, do valor adicional, das mutações do patrimônio líquido e as respectivas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, e tomando como base o parecer dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu, emitido em 09 de março de 2012, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente,

Lojas Riachuelo S.A. e Controladas

CNPJ 33.200.056/0001-49
Rua Leão XIII, 500 – Jd. São Bento – São Paulo/SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, as demonstrações dos fluxos de caixa, as demonstrações do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido, bem como as notas explicativas correspondentes aos exercícios de 31 de dezembro de 2011. A companhia agradece aos seus clientes e colaboradores pelo apoio e confiança depositados, e em especial a seus funcionários pela dedicação e esforços empreendidos, graças aos quais foi possível alcançar os resultados apresentados.

São Paulo, 09 de março de 2012

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	Companhia (BR GAAP) 2011	Companhia (BR GAAP) 2010	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2010
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	27.958	20.140	110.190	130.461
Títulos e valores mobiliários	6	224.890	346.864	161.942	194.619
Contas a receber	7	590.124	505.254	1.069.666	833.826
Estoques	8	415.216	294.693	415.216	294.693
Impostos e contribuições a compensar	9	15.212	6.531	16.554	7.376
Outras contas a receber	10	12.430	8.303	12.641	8.356
Total do ativo circulante		1.285.830	1.181.785	1.786.209	1.469.331
Não Circulante					
Depósitos judiciais	20	6.416	6.423	6.416	6.423
Impostos e contribuições a compensar	9	48.877	19.271	48.877	19.271
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.a	52.786	53.569	96.179	89.191
Investimentos em controlada	11	302.177	192.220	-	-
Outros investimentos		57	57	270	270
Imobilizado	12	719.346	542.113	719.910	542.639
Intangível	13	38.349	35.609	38.370	35.643
Total do ativo não circulante		1.168.008	849.262	910.022	693.437
Total do Ativo		2.453.838	2.031.047	2.696.231	2.162.768

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Companhia (BR GAAP) 2011	Companhia (BR GAAP) 2010	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2010
Circulante					
Fornecedores	14	410.347	410.377	410.381	410.410
Depósitos e recursos de aceites cambiais	15	-	-	101.922	79.114
Financiamentos	19	115.318	70.361	115.318	70.361
Salários e encargos sociais	17	59.352	48.559	62.222	50.563
Impostos e contribuições a recolher	16	120.588	111.107	124.611	114.680
Imposto de renda e contribuição social	23.b	372	19.244	47.991	58.154
Partes relacionadas - contas a pagar	22	26.432	22.337	11.643	9.057
Dividendos propostos	21.c	67.500	35.222	67.500	35.222
Arrendamento operacional - locação de lojas	28	12.777	10.358	12.777	10.358
Contas a pagar - operadoras de cartão de crédito	18	-	-	80.054	2.689
Contas a pagar		46.891	41.832	64.373	60.449
Total do passivo circulante		859.577	769.397	1.098.792	901.057
Não Circulante					
Financiamentos	19	412.784	297.713	412.784	297.713
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.a	7.528	-	7.528	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	20	51.016	45.637	54.164	45.679
Total do passivo não circulante		471.328	343.350	474.476	343.392
Patrimônio Líquido	21				
Capital social		850.000	750.000	850.000	750.000
Reservas de lucros		271.991	168.363	271.991	168.363
Ajustes de avaliação patrimonial		942	(63)	942	(63)
Total do patrimônio líquido atribuível a acionistas da Companhia		1.122.933	918.300	1.122.933	918.300
Participação não controladora		-	-	30	19
Total do patrimônio líquido		1.122.933	918.300	1.122.963	918.319
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.453.838	2.031.047	2.696.231	2.162.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total atribuível a acionistas da Companhia (BR GAAP)	Participação não controladora	Total do patrimônio líquido (IFRS e BR GAAP)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		750.000	16.452	68.543	(29.718)	-	805.277	11	805.288
Lucro líquido do exercício		-	-	-	148.308	-	148.308	8	148.316
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(63)	(63)	-	(63)
Proposta de destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	21.b	-	7.415	-	(7.415)	-	-	-	-
Transferência para reservas de lucros	21.d	-	-	75.953	(75.953)	-	-	-	-
Dividendos propostos	21.c	-	-	-	(35.222)	-	(35.222)	-	(35.222)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		750.000	23.867	144.496	-	(63)	918.300	19	918.319
Aumento de capital - AGE de 30 de novembro		100.000	-	-	-	-	100.000	-	100.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	135.906	-	135.906	11	135.917
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	1.005	1.005	-	1.005
Proposta de destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	21.b	-	6.795	-	(6.795)	-	-	-	-
Transferência para reservas de lucros	21.d	-	-	96.833	(96.833)	-	-	-	-
Dividendos propostos	21.c	-	-	-	(32.278)	-	(32.278)	-	(32.278)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		850.000	30.662	241.329	-	942	1.122.933	30	1.122.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - Atividades operacionais - A Lojas Riachuelo S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado com sede na Rua Leão XIII, 500, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada integral da Guararapes Confecções S.A. ("Guararapes"), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia RN 160, km 03, Bloco A, 1º andar, na cidade de Natal, Estado de Rio Grande do Norte, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código GUAR4. A Companhia tem como atividade preponderante a comercialização de confecções em geral, artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos e, ainda, outros artigos que completam as suas linhas de lojas especializadas e de departamento, bem como a prestação de serviços relacionados a análise e processamento de dados, emissão, representação comercial e serviços de cartão de crédito, além de organizar e administrar cartões de crédito e débito de qualquer espécie, de emissão própria ou de terceiros, abrangendo quaisquer atividades principais, acessórias ou correlatas a essa modalidade de pagamento, inclusive administrando os direitos e as obrigações de natureza financeira referentes às suas respectivas operações, tais como seguros, capitalização, previdência privada e serviços auxiliares à atividade financeira. A Companhia opera com uma rede de 145 lojas (123 em 2010), presentes em todo o território nacional, utilizando imóveis alugados da Guararapes e de terceiros. **Companhias controladas (direta e indireta) - • Riachuelo Participações Ltda. ("RIAP") -** A Companhia possui 99,99% das cotas da RIAP, cujo objeto social é a participação societária em instituições financeiras e demais empresas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. A RIAP, por sua vez, detém 99,99% de participação societária em sua controlada Midway Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. **• Midway Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Midway Financeira") -** A Midway Financeira tem como objetivo estratégico realizar as operações de financiamento aos consumidores dos produtos e serviços da Companhia, buscando os recursos financeiros mais adequados para o suporte dessas operações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado (IFRS e BR GAAP). • As demonstrações financeiras individuais da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Companhia (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da Companhia pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidados atribuíveis aos acionistas da Companhia, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e BR GAAP, e o patrimônio líquido e o resultado da Companhia, constantes nas demonstrações financeiras individuais em BR GAAP, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. **2.2. Base de elaboração** - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas** - As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia, da controlada direta RIAP e da controlada indireta Midway Financeira, encerradas na mesma data-base. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras da controlada direta RIAP são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras da RIAP e da Midway Financeira são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. As transações, os saldos, as receitas e as despesas entre as empresas são integralmente eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **a) Princípios gerais** - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e descontos comerciais. No caso da controlada indireta Midway Financeira, as receitas e as despesas das operações estão registradas de acordo com o regime de competência. O registro das operações com taxas prefixadas ocorre pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro estão apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos, enquanto o registro das receitas e despesas de natureza financeira ocorre pelo critério "pro rata" dia. As receitas com serviços prestados são diferidas e reconhecidas somente no período de sua competência. **b) Moeda funcional e de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as controladas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R$), que é a sua moeda funcional. **c) Transações e saldos em moeda estrangeira** - As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (R$) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de encerramento de cada período do relatório. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado. **d) Ativos financeiros -** Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas direta e indireta são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias: **i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** - São ativos mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. A Companhia e suas controladas direta e indireta não possuem instrumentos financeiros classificados nessa categoria. **ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento** - Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data do vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais, menos eventual perda por valor recuperável, quando aplicável. A Companhia e suas controladas direta e indireta não possuem instrumentos financeiros classificados nessa categoria. **iii) Ativos financeiros disponíveis para venda** - Compreendem os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas ou não em mercados ativos, que possam ter os seus valores justos razoavelmente estimados. No caso da Companhia e de sua controlada indireta Midway Financeira, compreendem os saldos registrados na rubrica "Títulos e valores mobiliários". **iv) Empréstimos e recebíveis** - São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Compreendem o caixa e equivalentes de caixa e as contas a receber. As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia e suas controladas direta e indireta se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados pelo regime de competência na demonstração do resultado, nas rubricas "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras", respectivamente, quando realizados ou incorridos. Ativos financeiros que não são mensurados com base no valor justo são avaliados na data de encerramento de cada período do relatório para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A baixa um ativo financeiro ocorre apenas quando expiram os direitos contratuais provenientes desse ativo, ou quando se transfere o ativo e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade para outra sociedade. A Companhia e suas controladas direta e indireta não operam com instrumentos financeiros derivativos. **e) Passivos financeiros** - Os passivos financeiros são classificados como: **i) Valor justo por meio do resultado** - Compreendem os passivos mantidos para negociação mensurados pelo valor justo e cujos ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado. **ii) Outros passivos financeiros** - Compreendem os passivos mensurados pelo método do custo amortizado com alocação dos juros efetivos incorridos pelo respectivo período do contrato. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **f) Caixa e equivalentes de caixa -** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa ou com o prazo original igual ou inferior a 90 dias e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento de cada período do relatório, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **g) Contas a receber -** As contas a receber de cartões de crédito (cartão Riachuelo e cartão de terceiros) e empréstimo pessoal são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e ajustados a valor presente quando a Administração da Companhia julgar que esses ajustes apresentam um efeito relevante nas demonstrações financeiras, uma vez que as transações são de curto prazo. No caso da controlada indireta Midway Financeira, as operações vencidas após 60 dias têm seus rendimentos registrados na rubrica "Contas a receber", e a transferência desta para o resultado ocorrerá somente quando do efetivo recebimento dos valores vencidos. **h) Provisão para créditos de liquidação duvidosa -** Na data de encerramento de cada período do relatório, a controlada indireta Midway Financeira avalia a existência de evidências objetivas de que as contas a receber são avaliadas ao valor justo de realização. As contas a receber que possuem evidências objetivas que demonstrem que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial desse ativo, e que essa perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros, são provisionadas. Na avaliação da provisão, são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas e os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais a fim de confirmar a sua aderência. As perdas são reconhecidas no resultado. **i) Estoques** - Os estoques, incluindo os itens de almoxarifado e embalagens, são avaliados ao custo médio de aquisição ou importação, inferior ao valor líquido de realização, ajustados por provisão, quando necessário. **j) Demais ativos circulantes e não circulantes -** São apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **k) Investimentos -** Os investimentos na RIAP são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **l) Imobilizado -** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens. As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Companhia são depreciadas pelo prazo de locação ou pelo tempo de vida útil econômica dos bens, dos dois o menor, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável. A Administração da Companhia e de suas controladas direta e indireta concluiu que os principais ativos não sofreram significativas variações de preço desde a data de formação e/ou reforma, e, ainda, que as taxas admitidas para a depreciação representam adequadamente o tempo de vida útil-econômica esperada para os bens do ativo. **m) Avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível -** Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda, a ser registrada no resultado, quando identificada, corresponde ao maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda do ativo. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nas Unidades Geradoras de Caixa - UGCs definidas pela Administração e utilizadas para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil dos ativos associados a cada uma das lojas da Companhia. No processo de avaliação são utilizados indicadores de desempenho operacional e financeiro estabelecidos pela Administração e, diante da indicação de perda de valor recuperável, é realizada análise comparativa, para cada UGC, entre o valor apurado pelo fluxo de caixa descontado a valor presente e o respectivo valor contábil. Se o montante recuperável de uma UGC calculado for menor que seu valor contábil, a perda, correspondente à redução do ativo ao seu valor de recuperação, é reconhecida no resultado. **n) Passivos circulante e não circulante** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em despesas e receitas financeiras. **o) Arrendamento mercantil** - Os arrendamentos mercantis mantidos pela Companhia são classificados como operacional, no qual os pagamentos efetuados são registrados como despesa pelo método linear, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos contingentes (parcela variável em virtude da receita de vendas) são reconhecidos como despesa nos exercícios em que são incorridos. **p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos - • Correntes** - As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, com base no lucro contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis. • **Diferidos** - O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social e estão apresentados no ativo e passivo não circulantes. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando liquidado o passivo sobre os quais são calculados. O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos ativos é revisada na data de encerramento de cada período de relatório, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação. **q) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários** - A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado na data de encerramento de cada período de relatório. É registrada pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia e de suas controladas direta e indireta. Os assuntos classificados como obrigações legais e/ou tributos com exigibilidade suspensa encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado de causas que os questionem. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não requerem provisão ou divulgação. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na nota explicativa nº 20. **r) Ajustes a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos de longo prazo, e quando relevantes os de curto prazo, devem ser ajustados ao valor presente. Após a avaliação do valor apurado do ajuste a valor presente, a Administração da Companhia concluiu que os impactos no resultado do exercício da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo são irrelevantes em relação às demonstrações financeiras analisadas em conjunto e decidiu não registrar contabilmente tal ajuste. **s) Dividendos** - A proposta de distribuição de dividendos é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Companhia. Por outro lado, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, se declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica "Dividendos propostos". **t) Lucro líquido por ação** - Está calculado com base no número de ações existentes na data de encerramento de cada período de relatório, utilizando as premissas de cálculo para o lucro básico por ação e o lucro diluído por ação, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41/ IAS 33 - Resultado por Ação. **u) Apresentação de relatórios por segmento** - O relatório por segmento operacional é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia. **v) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas -** O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentados a seguir. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas vigentes em 31 de dezembro de 2011 - As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011; entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Modificações à IAS 24	Partes Relacionadas	01/01/11
Modificações à IAS 32	Classificação de Direitos	01/02/10
Modificações à IFRIC 14	Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	01/01/11
IFRIC 19	Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Patrimônio	01/07/10
IFRIC 13	Programa de Fidelidade de Clientes	01/07/10

Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia - As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em ou após 1º de julho de 2011, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Modificações à IFRS 1	Eliminação de Datas Fixas para Adotantes pela Primeira Vez das IFRSs	01/07/11
Modificações à IFRS 7	Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros	01/07/11
Modificações à IAS 12	Impostos Diferidos - Recuperação dos Ativos Subjacentes quando o Ativo é Mensurado pelo Modelo de Valor Justo da IAS 40	01/01/12
IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Instrumentos Financeiros	01/01/15
Modificações à IAS 19	Benefícios a Empregados - elimina o método "corredor" e orienta registrar os impactos de remensuração do plano de benefícios diretamente em resultado abrangente, além de outras melhorias	01/01/13
"Package of Five"	IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (substitui o guia de consolidação da IAS 27 e SIC 12); IFRS 11 - Empreendimentos em Conjunto (substitui a IAS 31); IFRS 12 - Divulgação de Participação em Outras Entidades; modificações à IAS 27; modificações à IAS 28 para alinhar com os pronunciamentos IFRS 10, 11 e 12	01/01/13
IFRS 13	Mensuração de Valor Justo - substitui os guias existentes sobre mensuração de valor justo nas IFRSs por um pronunciamento único	01/01/13

A Administração está efetuando revisão detalhada para que se possa avaliar, de forma razoável, os possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras.

4. PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS - A elaboração das demonstrações financeiras requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: **a) Redução dos valores de recuperação dos ativos** - Na data de encerramento de cada período de relatório, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, quando necessário. **b) Provisão para perdas de inventário** - A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e dos Centros de Distribuição, além de considerar produtos com giro lento ou não vendáveis. **c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - Na avaliação da provisão, são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais da economia indicam que perdas reais são superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas e os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais a fim de confirmar a sua aderência. As perdas são reconhecidas no resultado. **d) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários -** A Companhia e suas controladas direta e indireta são partes de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. **e) Imposto de renda e contribuição social diferidos -** O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias, anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Companhia (BR GAAP) 2011	Companhia (BR GAAP) 2010	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2010
Caixa	1.348	821	1.348	829
Bancos conta movimento	26.610	19.319	27.726	19.612
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	-	-	81.116	110.020
Total	27.958	20.140	110.190	130.461

(*) Esses valores são relacionados à controlada indireta Midway Financeira e estão aplicados em Letras do Tesouro Nacional - LTNs (títulos públicos escriturais), indexados à variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, com o prazo original igual ou inferior a 90 dias.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Companhia (BR GAAP) 2011	Companhia (BR GAAP) 2010	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2010
Receita Operacional Líquida	24	2.447.365	2.190.137	3.001.367	2.570.666
Custo das mercadorias vendidas	25	(1.376.601)	(1.271.857)	(1.376.601)	(1.271.857)
Custo das operações com cartão	25	-	-	(151.791)	(71.327)
Lucro Bruto		1.070.764	918.280	1.472.975	1.227.482
Receitas (Despesas) Operacionais					
Com vendas	25	(807.752)	(643.921)	(905.987)	(703.770)
Gerais e administrativas	25	(153.368)	(135.211)	(269.823)	(238.110)
Depreciações e amortizações		(72.997)	(58.603)	(73.198)	(58.787)
Outras receitas operacionais	26	15.838	6.534	16.537	13.227
Outras despesas operacionais	26	(4.284)	(3.829)	(4.280)	(3.872)
Resultado de equivalência patrimonial	11	108.947	84.077	-	-
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		157.148	167.327	236.224	236.170
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	27	37.859	59.371	34.635	52.856
Despesas financeiras	27	(47.151)	(49.114)	(51.570)	(55.349)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		147.856	177.584	219.289	233.677
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	23.b	(6.112)	(22.802)	(85.982)	(83.985)
Diferidos	23.b	(5.838)	(6.474)	2.610	(1.376)
Lucro Líquido do Exercício		135.906	148.308	135.917	148.316
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia		135.906	148.308	135.906	148.308
Participação não controladora		-	-	11	8
		135.906	148.308	135.917	148.316
Lucro Líquido por Ação - R$					
Básico	29	0,27697	0,30561		
Diluído	29	0,27697	0,30561		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Companhia (BR GAAP) 2011	Companhia (BR GAAP) 2010	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2010

...continuação

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Adiantamentos a fornecedores	7.580	3.620	7.766	3.652
Adiantamentos a funcionários	1.814	1.397	1.838	1.417
Despesas antecipadas	1.743	2.351	1.743	2.351
Outras	1.293	935	1.294	936
Total	12.430	8.303	12.641	8.356

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

A participação na RIAP e suas principais informações são como segue:

	2011	2010
Quantidade de ações do capital social - milhares	50.005	50.005
Quantidade de ações possuídas - milhares	50.004	50.004
Participação no capital social	100,00%	100,00%
Capital social atualizado	50.005	50.005
Patrimônio líquido	302.808	193.271
(-) Ajuste do ativo diferido	(631)	(1.051)
Base de cálculo do investimento	302.177	192.220
Valor total do investimento	302.177	192.220

A base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Companhia é composta como segue:

	Companhia (BR GAAP)	
	2011	2010
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Lucro líquido da RIAP	108.526	83.656
Estorno de amortização do ativo diferido	421	421
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial ajustado	108.947	84.077
Equivalência patrimonial	108.947	84.077

As movimentações registradas nas contas de investimentos foram as seguintes:

	Companhia (BR GAAP)	
	2011	2010
Saldo no início do exercício	192.220	108.155
Participação no resultado	108.947	84.077
Participação no resultado abrangente	1.010	(12)
Saldo no fim do exercício	302.177	192.220

As principais informações consolidadas da RIAP são como segue:

Conta	2011	2010
Ativo total	1.214.297	1.047.185
Passivo circulante e não circulante	912.120	854.965
Patrimônio líquido	302.177	192.220
Lucro do exercício	108.947	84.077

12. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação - %	Companhia (BR GAAP) 2011 Custo	2011 Depreciação acumulada	2011 Valor líquido	2010 Custo	2010 Depreciação acumulada	2010 Valor líquido
Imobilizado:							
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9,1	484.582	(135.581)	349.001	275.868	(108.729)	167.139
Móveis e utensílios	10	228.601	(127.053)	101.548	187.834	(110.476)	77.358
Instalações	8,7	460.628	(222.517)	238.111	446.353	(193.195)	253.158
Aeronave	10	30.907	(29.305)	1.602	30.536	(28.070)	2.466
Veículos	20	15.606	(12.726)	2.880	14.333	(11.419)	2.914
Imobilizações em curso (*)	-	26.204	-	26.204	39.078	-	39.078
Total		1.246.528	(527.182)	719.346	994.002	(451.889)	542.113

	Taxa de depreciação - %	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011 Custo	2011 Depreciação acumulada	2011 Valor líquido	2010 Custo	2010 Depreciação acumulada	2010 Valor líquido
Imobilizado:							
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9,1	485.143	(135.974)	349.169	276.429	(109.010)	167.419
Móveis e utensílios	10	228.727	(127.089)	101.638	187.960	(110.502)	77.458
Instalações	8,7	460.631	(222.520)	238.111	446.356	(193.195)	253.161
Aeronave	10	30.907	(29.305)	1.602	30.536	(28.070)	2.466
Veículos	20	15.966	(12.780)	3.186	14.555	(11.498)	3.057
Imobilizações em curso (*)	-	26.204	-	26.204	39.078	-	39.078
Total		1.247.578	(527.668)	719.910	994.914	(452.275)	542.639

(*) As imobilizações em curso referem-se a investimentos de abertura e reforma de lojas, além de melhorias nos Centros de Distribuição da Companhia. Os investimentos serão transferidos para as contas específicas de imobilizado, conforme sua natureza, no momento em que os projetos forem concluídos, e serão depreciados pelas taxas definidas para cada conta.

Companhia (BR GAAP)	Saldo em 2009	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2011
Custo:									
Benfeitorias em imóveis de terceiros	242.166	-	(215)	33.917	275.868	2.208	(1.096)	207.602	484.582
Móveis e utensílios	163.470	4.487	(527)	20.404	187.834	2.568	(2.502)	40.701	228.601
Instalações	378.980	1.799	(1.148)	66.722	446.353	433	(1)	13.843	460.628
Aeronave	30.515	-	(92)	113	30.536	371	-	-	30.907
Veículos	13.920	304	-	109	14.333	1.616	(547)	204	15.606
Imobilizações em curso	12.789	157.300	(3.707)	(127.304)	39.078	258.650	(1.465)	(270.059)	26.204
Custo do imobilizado	841.840	163.890	(5.689)	(6.039)	994.002	265.846	(5.611)	(7.709)	1.246.528
Depreciação:									
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(85.688)	(23.185)	144	-	(108.729)	(26.852)	-	-	(135.581)
Móveis e utensílios	(93.810)	(16.996)	330	-	(110.476)	(18.492)	1.915	-	(127.053)
Instalações	(172.950)	(20.594)	349	-	(193.195)	(29.547)	225	-	(222.517)
Aeronave	(26.850)	(1.230)	10	-	(28.070)	(1.235)	-	-	(29.305)
Veículos	(9.733)	(1.686)	-	-	(11.419)	(1.662)	355	-	(12.726)
Depreciação do imobilizado	(389.031)	(63.691)	833	-	(451.889)	(77.788)	2.495	-	(527.182)
Total	452.809	100.199	(4.856)	(6.039)	542.113	188.058	(3.116)	(7.709)	719.346

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Saldo em 2009	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2011
Custo:									
Benfeitorias em imóveis de terceiros	242.727	-	(215)	33.917	276.429	2.208	(1.096)	207.602	485.143
Móveis e utensílios	163.563	4.520	(527)	20.404	187.960	2.568	(2.502)	40.701	228.727
Instalações	378.983	1.799	(1.148)	66.722	446.356	433	(1)	13.843	460.631
Aeronave	30.515	-	(92)	113	30.536	371	-	-	30.907
Veículos	14.094	352	-	109	14.555	1.891	(684)	204	15.966
Imobilizações em curso	12.789	157.300	(3.707)	(127.304)	39.078	258.650	(1.465)	(270.059)	26.204
Custo do imobilizado	842.671	163.971	(5.689)	(6.039)	994.914	266.121	(5.748)	(7.709)	1.247.578
Depreciação:									
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(85.857)	(23.297)	144	-	(109.010)	(26.964)	-	-	(135.974)
Móveis e utensílios	(93.823)	(17.009)	330	-	(110.502)	(18.502)	1.915	-	(127.089)
Instalações	(172.950)	(20.594)	349	-	(193.195)	(29.550)	225	-	(222.520)
Aeronave	(26.850)	(1.230)	10	-	(28.070)	(1.235)	-	-	(29.305)
Veículos	(9.782)	(1.716)	-	-	(11.498)	(1.685)	403	-	(12.780)
Depreciação do imobilizado	(389.262)	(63.846)	833	-	(452.275)	(77.936)	2.543	-	(527.668)
Total	453.409	100.125	(4.856)	(6.039)	542.639	188.185	(3.205)	(7.709)	719.910

13. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização - %	Companhia (BR GAAP) 2011 Custo	2011 Amortização acumulada	2011 Valor líquido	2010 Custo	2010 Amortização acumulada	2010 Valor líquido
Software	20	61.889	(43.168)	18.721	59.065	(35.719)	23.346
Fundo de comércio e direito de uso	(*)	25.327	(6.416)	18.911	16.842	(5.185)	11.657
Marcas e patentes		717	-	717	606	-	606
Total		87.933	(49.584)	38.349	76.513	(40.904)	35.609

	Taxa anual de amortização - %	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011 Custo	2011 Amortização acumulada	2011 Valor líquido	2010 Custo	2010 Amortização acumulada	2010 Valor líquido
Software	20	61.958	(43.216)	18.742	59.134	(35.754)	23.380
Fundo de comércio e direito de uso	(*)	25.327	(6.416)	18.911	16.842	(5.185)	11.657
Marcas e patentes		717	-	717	606	-	606
Total		88.002	(49.632)	38.370	76.582	(40.939)	35.643

(*) Representado por fundo de comércio e direito de uso adquiridos pela Companhia e fundamentados na existência de ponto comercial onde se localizam as Lojas Riachuelo. O fundo de comércio, de R$3.000, trata-se de um ativo intangível, comercializável, que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo, enquanto o direito de uso pago pela utilização da infraestrutura do imóvel, de R$22.327, é amortizável entre seis e dez anos, de acordo com os prazos dos contratos de locação.

Companhia (BR GAAP)	Saldo em 2009	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2011
Custo:									
Software	54.365	-	(70)	4.770	59.065	1.825	-	999	61.889
Fundo de comércio e direito de uso	15.730	-	(127)	1.239	16.842	7.335	-	1.150	25.327
Marcas e patentes	576	-	-	30	606	40	-	71	717
Custo do intangível	70.671	-	(197)	6.039	76.513	9.200	-	2.220	87.933
Amortização:									
Software	(28.031)	(7.698)	10	-	(35.719)	(7.449)	-	-	(43.168)
Fundo de comércio e direito de uso	(4.241)	(944)	-	-	(5.185)	(1.231)	-	-	(6.416)
Amortização do intangível	(32.272)	(8.642)	10	-	(40.904)	(8.680)	-	-	(49.584)
Total	38.399	(8.642)	(187)	6.039	35.609	520	-	2.220	38.349

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Saldo em 2009	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2011
Custo:									
Software	54.434	-	(70)	4.770	59.134	1.825	-	999	61.958
Fundo de comércio e direito de uso	15.730	-	(126)	1.238	16.842	7.335	-	1.150	25.327
Marcas e patentes	576	-	-	30	606	40	-	71	717
Custo do intangível	70.740	-	(196)	6.038	76.582	9.200	-	2.220	88.002
Amortização:									
Software	(28.052)	(7.712)	10	-	(35.754)	(7.462)	-	-	(43.216)
Fundo de comércio e direito de uso	(4.241)	(944)	-	-	(5.185)	(1.231)	-	-	(6.416)
Amortização do intangível	(32.293)	(8.656)	10	-	(40.939)	(8.693)	-	-	(49.632)
Total	38.447	(8.656)	(186)	6.038	35.643	507	-	2.220	38.370

Em 1º de dezembro de 2011, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução no Valor Recuperável de Ativos, os ativos intangíveis foram submetidos ao teste de "impairment", com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados, os quais não indicaram eventuais perdas a serem reconhecidas.

14. FORNECEDORES

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Fornecedores nacionais	404.094	405.376	404.128	405.409
Fornecedores estrangeiros	6.253	5.001	6.253	5.001
Total	410.347	410.377	410.381	410.410

O saldo de fornecedores estrangeiros está indexado, em sua maioria, em dólares norte-americano e atualizado até a data de encerramento de cada período de relatório.

15. DEPÓSITOS E RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010
Recursos de aceites cambiais-		
Empresas ligadas (*)	101.922	79.114
Total	101.922	79.114

(*) São títulos pós-fixados, vinculados às variações diárias do CDI - CETIP com remuneração básica de 102% da variação do CDI, e prefixados, com taxas de 11,32% a 12,64% ao ano, mantidos pela controlada indireta Midway Financeira contra a controladora Guararapes. Os títulos contam com liquidez diária.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
PIS e COFINS a recolher	42.662	41.986	45.678	44.370
ICMS a recolher	75.483	66.738	75.483	66.738
Imposto de Importação - II	-	51	-	51
Outros	2.443	2.332	3.450	3.521
Total	120.588	111.107	124.611	114.680

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Companhia (BR GAAP)	2009	Despesa	Pagamento	2010	Despesa	Pagamento	2011
Férias	19.427	21.606	(17.630)	23.403	27.780	(29.129)	22.054
13º salário	-	15.612	(15.612)	-	19.988	(19.988)	-
Salários a pagar	-	170.171	(170.171)	-	214.282	(214.282)	-
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	1.544	15.984	(15.652)	1.876	20.320	(16.813)	5.383
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	5.523	54.025	(50.230)	9.318	66.296	(56.835)	18.779
Participação nos lucros	13.500	21.671	(23.840)	11.331	25.799	(28.180)	8.950
Outros	2.168	1.430	(967)	2.631	2.320	(765)	4.186
Total	42.162	300.499	(294.102)	48.559	376.785	(365.992)	59.352

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	2009	Despesa	Pagamento	2010	Despesa	Pagamento	2011
Férias	19.829	21.937	(17.936)	23.830	28.294	(29.621)	22.503
13º salário	-	15.938	(15.938)	-	20.437	(20.437)	-
Salários a pagar	-	172.936	(172.936)	-	217.936	(217.936)	-
FGTS a recolher	1.544	16.222	(15.890)	1.876	20.624	(17.081)	5.419
INSS a recolher	5.523	55.474	(51.679)	9.318	67.977	(58.399)	18.896
Participação nos lucros	13.643	23.524	(24.259)	12.908	25.991	(27.681)	11.218
Outros	2.168	569	(106)	2.631	2.357	(802)	4.186
Total	42.707	306.600	(298.744)	50.563	383.616	(371.957)	62.222

18. CONTAS A PAGAR - OPERADORAS DE CARTÃO DE CRÉDITO - As contas a pagar com operadoras de cartão de crédito são decorrentes de utilizações, pelos clientes, do cartão "co-branded" com as bandeiras Visa e Mastercard em transações de compra de produtos no varejo em geral, as quais são repassadas às respectivas operadoras em um prazo de sete dias da data da transação.

19. FINANCIAMENTOS

	Companhia (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010
Circulante - moeda nacional-		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	115.318	70.361
Não circulante - moeda nacional-		
BNDES	412.784	297.713

Durante 2010 e 2011, foram aprovadas linhas de crédito com o BNDES para a Companhia, utilizadas para capital de giro na reforma e expansão da rede de lojas, com liberação de recursos trimestrais, cujas liberações, pagamentos e despesas financeiras são como segue:

	Companhia (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-
Captações	364.000
Provisão de juros	18.761
Pagamento de juros	(14.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	368.074
Captações	228.713
Amortização de principal	(69.955)
Provisão de juros	37.740
Pagamento de juros	(36.470)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	528.102

Resumo das características dos financiamentos

Financiamento	Finalidade	Garantias	Vencimento	Encargos
BNDES	Capital de giro e inauguração e reformas de lojas	Guararapes como fiadora	Previsto até 2017	TJLP + 3,38% a 4,58% ao ano (*)

(*) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de 6% (6% em 2010) e os juros são aplicados conforme a linha de crédito.

Cláusulas contratuais restritivas - "covenants" - Os financiamentos possuem cláusulas restritivas ("covenants"), conforme consta nos contratos de financiamentos com o BNDES. Os índices descritos a seguir são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Guararapes, que, em 31 de dezembro de 2011, estava adimplente. As principais cláusulas são como segue: • Manter a margem EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) adaptada não inferior a 12%. A margem EBITDA adaptada corresponde ao somatório de EBITDA com as receitas financeiras, dividido pela receita líquida. Em 31 de dezembro de 2011 a margem EBITDA adaptada era de 56%. • A relação dívida líquida sobre ativo total deve atender a um índice de até 33%. Em 31 de dezembro de 2011 a relação era de 16%. • Liquidez corrente mínima de 1,10 (um inteiro e dez centésimos). Em 31 de dezembro de 2011 a liquidez corrente mínima era de 2,32 (dois inteiros e trinta e dois centésimos).

20. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS - A Companhia e suas controladas direta e indireta são partes envolvidas em processos cíveis, trabalhistas e tributários em andamento, que envolvem responsabilidades contingentes. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Companhia (BR GAAP)	2009	Constituição	Baixas: Liquidação	Baixas: Reversão	Juros e encargos	2010	Constituição	Baixas: Liquidação	Baixas: Reversão	Juros e encargos	2011
Tributários	23.829	2.874	-	-	4.993	31.696	3.831	-	-	3.112	38.639
Trabalhistas	5.016	5.062	(2.340)	(855)	-	6.883	2.669	(1.702)	(1.053)	118	6.915
Cíveis	6.124	5.586	(4.026)	(626)	-	7.058	5.427	(3.477)	(3.546)	-	5.462
Total	34.969	13.522	(6.366)	(1.481)	4.993	45.637	11.927	(5.179)	(4.599)	3.230	51.016

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	2009	Constituição	Baixas: Liquidação	Baixas: Reversão	Juros e encargos	2010	Constituição	Baixas: Liquidação	Baixas: Reversão	Juros e encargos	2011
Tributários	23.829	2.874	-	-	4.993	31.696	3.831	-	-	3.112	38.639
Trabalhistas	5.016	5.062	(2.340)	(855)	-	6.883	2.669	(1.702)	(1.054)	118	6.914
Cíveis	6.124	5.640	(4.036)	(628)	-	7.100	9.456	(4.127)	(3.854)	36	8.611
Total	34.969	13.576	(6.376)	(1.483)	4.993	45.679	15.956	(5.829)	(4.908)	3.266	54.164

Processos e valores de natureza tributária provisionados - Os processos tributários encontram-se em fase de defesa administrativa ou em julgamento, como segue: • **Salário-educação - Ação Ordinária -** Através da Ação Ordinária nº 97.003.4561-0 e respectiva Ação Cautelar nº 98.03.067518-4, a Companhia questionou a cobrança da contribuição do salário-educação. A partir da edição da Súmula 732 do Supremo Tribunal Federal - STF, a questão restou pacificada no sentido da constitucionalidade da referida contribuição. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE procedeu à lavratura de Notificações para Recolhimento de Débitos - NRDs, que foram contestadas de forma administrativa pela Companhia, em face do entendimento pela configuração da decadência, com trâmite perante os respectivos órgãos administrativos, tendo sido realizada a decorrente provisão do montante em discussão em face da possibilidade de perda provável da demanda, sendo provisionado o valor de R$5.587. • **PIS e COFINS - créditos -** A Companhia, apoiada no parecer de seus assessores jurídicos, tem efetuado a inclusão de despesas consideradas como essenciais para sua atividade-fim na base de apuração de créditos de PIS e COFINS. Mensalmente, tais despesas são incluídas na base de cálculo das referidas contribuições, reduzindo o valor a pagar, sendo constituída provisão para riscos sobre tais créditos no valor de R$33.052. **Processos de natureza trabalhista e cível -** Os principais temas abordados nos processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, equiparação salarial e verbas rescisórias, entre outros. Os processos cíveis correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais, oriundos de seus clientes. A provisão para esses processos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. Os assessores jurídicos internos da Companhia efetuam análise individual dos processos, levando em consideração o risco de perda e também se baseando em experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados. A Companhia e suas controladas direta e indireta são partes em 284 (282 em 2010) reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários e terceiros e em 3.516 (3.213 em 2010) ações e procedimentos cíveis movidos por consumidores, fornecedores e ex-funcionários, sendo a maioria referente a pedidos de indenização. **Processos possíveis** - A Companhia possui reclamações tributárias no montante de R$39.166 (R$34.554 em 2010) e R$43.097 no consolidado considerando reclamações cíveis da controlada indireta Midway Financeira, para as quais seus assessores jurídicos classificam a possibilidade de perda como possível; portanto, não há provisão constituída, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os principais processos estão descritos a seguir: • **PIS - semestralidade - período de 1989 a maio de 1992 -** Refere-se ao auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal - SRF, tendo como objeto a realização de compensação de valores de PIS indevidamente calculados sem consideração da base de cálculo semestral no período de 1989 a maio de 1992, cujo valor exigido com aplicação de multa e juros monta a R$14.898. A Companhia realizou a compensação com base em decisão favorável transitada em julgado no Processo Judicial nº 92.0066185-8, que reconheceu definitivamente direito ao crédito, razão pela qual interpôs recurso administrativo que depende de decisão. Esse encargo não foi provisionado tendo em vista a legitimidade do crédito reconhecido em favor da Companhia, conforme decisão judicial e avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Companhia. **• PIS - semestralidade - período de junho de 1992 a janeiro de 1995 -** A SRF lavrou auto de infração em virtude da realização de compensação de valores de PIS indevidamente calculados sem consideração da base de cálculo semestral a partir de junho de 1992 até janeiro de 1995, cujo valor exigido com aplicação de multa e juros monta a R$7.327 e encontra-se suspenso em virtude de recurso administrativo. A Companhia realizou a compensação na via administrativa com base em decisão favorável transitada em julgado no Processo Judicial nº 92.0055201-3, que reconheceu definitivamente direito ao crédito, inclusive com aceite da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN nos autos, razão pela qual decidiu não provisionar esse encargo tendo em vista a legitimidade do crédito reconhecido em favor da Companhia, conforme decisão judicial e avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Companhia. **• PIS - auto de infração - base de cálculo indevida** - Tramitava na esfera administrativa da SRF auto de infração, lavrado por aquele órgão, tendo como objeto a realização de compensação de valores relativos ao PIS indevidamente calculados e recolhidos com a inclusão das receitas financeiras na base de cálculo, cujo valor exigido com a aplicação de multa e juros de mora monta a R$4.804. Atualmente, essa fase administrativa encontra-se encerrada, passando o questionamento para o Judiciário através da Execução Fiscal nº 0014723-34.2010.403.6182 devidamente garantida por carta de fiança bancária e suspensa pela interposição de embargos à Execução nº 0026003-02.2010.403.6182. Companhia realizou a compensação com base em decisão favorável transitada em julgado no Processo Judicial nº 88.0038891-4, que reconheceu definitivamente o direito ao crédito em virtude da declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, razão pela qual decidiu não provisionar esse encargo, tendo em vista que essa arrecadação foi declarada inconstitucional pelo STF, com avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Companhia.

Depósitos judiciais - Os tributos e as obrigações trabalhistas discutidos nas esferas administrativa e judicial garantidos por depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	Companhia (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010
ICMS - execução fiscal (*)	5.596	5.596
INSS	554	554
Outros	266	273
Total	6.416	6.423

(*) ICMS - execução fiscal, tendo por exequente a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Foi ajuizada, em setembro de 2009, execução fiscal que tramita perante a 11ª Vara da Fazenda Pública daquele Estado sob o nº 2009.001.228723-0. Através da referida execução fiscal, o Fisco estadual executa um montante de R$5.596, originado através da modalidade de arbitramento administrativo dos valores relativos às operações tributadas realizadas no exercício de 2004, com a inserção de um percentual de 70% sobre as saídas de mercadorias promovidas pelo estabelecimento. Discordando do entendimento do Fisco estadual e uma vez garantido o Juízo através de depósito integral do montante executado, depósito este realizado em dezembro de 2009, a Companhia apresentou embargos à execução fiscal, que representaram a suspensão do curso da execução e a remessa dos autos para julgamento do mérito em primeira instância judicial. A Companhia, apoiada pelos seus assessores jurídicos internos, decidiu não provisionar esse encargo, tendo em vista que a probabilidade de perda desse processo foi avaliada como possível.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2011, no valor de R$850.000 (R$750.000 em 2010), está representado por 549.996.379 (485.292.400 em 2010) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, representadas por títulos singulares e/ou múltiplos. Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

A movimentação das ações ordinárias da Companhia é assim representada:

	Quantidade
Número de ações em 31 de dezembro de 2010	485.292.400
Emissão de ações (*)	64.703.979
Número de ações em 31 de dezembro de 2011	549.996.379

(*) Em 30 de novembro de 2011, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, em R$100.000, totalmente integralizado pela Guararapes, com emissão de 64.703.979 novas ações.

b) Reservas de lucros - A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros. **c) Dividendos** - Conforme o estatuto social da Companhia é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. O lucro remanescente terá a destinação que lhe derem os acionistas em Assembleia Geral. O estatuto social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços semestrais ou intermediários.

	2011	2010
Lucro-base para cálculo dos dividendos	135.909	148.308
Constituição de reserva legal	(6.795)	(7.415)
Base de cálculo do dividendo	129.114	140.893
Dividendo mínimo obrigatório	32.278	35.222

Os dividendos relacionados ao ano 2010 serão liquidados ao longo do ano 2012 e os dividendos referentes a 2011 serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

d) Retenção de lucros - O saldo remanescente do lucro do exercício, no montante de R$96.836, foi transferido para uma reserva de lucros de acordo com a Lei nº 11.638/07 e será utilizado, de acordo com as expectativas da Administração, basicamente para a expansão das operações de varejo e capital de giro, conforme orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral.

e) Participação não controladora

	2011	2010
Saldo no início exercício	19	11
Participação no resultado do exercício	11	8
Saldo no fim do exercício	30	19

22. PARTES RELACIONADAS - a) Descrição das operações entre partes relacionadas - Guararapes (controladora) - **i) Compra de mercadorias -** A Companhia mantém compras de produtos fabricados pela sua controladora para revenda em suas lojas, cujos prazos para pagamento estão entre 30 e 90 dias. **ii) Contratos de locação -** A Companhia mantém contratos de locação com a controladora de 45 lojas, do prédio das instalações da Matriz e dos prédios dos Centros de Distribuição de Natal e Guarulhos. Para 2011, os aluguéis das lojas foram calculados à razão de 3% sobre o faturamento bruto mensal, e para os imóveis ocupados por outros setores foram pagos aluguéis fixos. **Midway Financeira (controlada indireta) - i) Operações com o "cartão Riachuelo"** - A Companhia e a controlada indireta Midway Financeira celebraram um convênio para exploração conjunta dos cartões que serão utilizados pelos clientes da Companhia para financiar suas compras parceladas com juros e sem juros e vendas de produtos e serviços financeiros. Para as operações de vendas de mercadorias efetuadas para os clientes da Companhia com cartão próprio, a Midway Financeira recebe comissão de 1,5% sobre o valor de face dos créditos decorrentes das referidas vendas. **ii) Correspondente bancário** - Foi firmado contrato de prestação de serviços entre a Companhia e a controlada indireta Midway Financeira para desempenho da função de correspondente bancário, cuja prestação de serviços se dá nas dependências da Companhia. Esses serviços são remunerados, sendo os principais: renegociação de créditos, recebimento de pagamentos, recepção e encaminhamento de pedidos de financiamentos e de financiamentos, elaboração de cadastro e encaminhamento de vendas de produtos financeiros. **iii) Convênio de despesas e aluguel** - Foi celebrado contrato de rateio das despesas comuns que beneficiam mutuamente tanto a Companhia como a Midway Financeira; foi também firmado um contrato de sublocação do espaço na Matriz da Companhia, para instalação e operação da Midway Financeira. **Midway Shopping (outras partes relacionadas) - • Contratos de locação -** A Companhia mantém contrato de locação com o Midway Shopping, cujo valor é calculado à razão de 3% sobre o faturamento bruto mensal. **Transportadora Casa Verde Ltda. ("TCV") (coligada) • Serviços de frete -** Para melhor atender à logística, foi firmado contrato de prestação de serviços de transporte das mercadorias com a TCV para a realização dos transportes entre os Centros de Distribuição e as lojas. **b) Divulgação da remuneração dos administradores -** A remuneração dos diretores e membros da Administração da Companhia é como segue:

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Remuneração	4.940	4.352	6.800	7.086

Os diretores da Companhia recebem somente honorários mensais fixos e não gozam de outras vantagens.

c) Saldos e transações com partes relacionadas

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Saldos:				
Ativo circulante:				
Guararapes (controladora):				
Mercadorias em estoque	192.926	154.136	192.926	154.136
Outras contas a receber	-	508	-	508
Midway Financeira (controlada indireta):				
Aplicações em letras de câmbio	226.259	346.864	-	-
Contas a receber	387.385	333.902	-	-
Outras contas a receber	3.108	3.381	-	-
Passivo circulante:				
TCV (coligada)-				
Fretes a pagar	3.917	1.322	3.917	1.322
Guararapes (controladora):				
Fornecedores	239.750	234.706	239.750	234.706
Arrendamento mercantil - locação de lojas	7.724	7.735	7.724	7.735
Midway Financeira (controlada indireta)-				
Contas a pagar	14.309	12.833	-	-
Midway Shopping (outras partes relacionadas)-				
Arrendamento mercantil - locação de lojas	482	447	-	-
Transações:				
TCV (coligada)-				
Despesa com fretes	(6.634)	(7.860)	(6.634)	(7.860)
Guararapes (controladora):				
Compras de mercadorias	(1.064.434)	(952.504)	(1.064.434)	(952.504)
Despesa com aluguel de lojas	(45.

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Outras receitas operacionais:				
Tarifas de cobrança	-	-	1.194	7.155
Receita com aluguel	840	840	-	-
Ganho com baixa de ordem de pagamento	1.235	2.202	1.235	2.202
Recuperação de tributos (*)	10.752	3.088	10.752	3.088
Outras	3.011	404	3.356	782
Total	15.838	6.534	16.537	13.227
Outras despesas operacionais:				
Juros e multa sobre provisão para riscos	(3.618)	(2.874)	(3.618)	(2.874)
Perda com alienação de imobilizado	(279)	(311)	(279)	(311)
Perdas com desvalorização de investimentos	(14)	(478)	(14)	(478)
Outras	(373)	(166)	(369)	(209)
Total	(4.284)	(3.829)	(4.280)	(3.872)

(*) As Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03 introduziram a sistemática de não cumulatividade na apuração de PIS e COFINS, objetivando a desoneração da carga tributária para as empresas enquadradas nessas novas regras. De acordo com essa nova sistemática, as alíquotas de PIS e COFINS sofreram majoração de 0,65% e 3% para 1,65% e 7,6%, respectivamente. Essas Leis também possibilitaram a geração de crédito de PIS e COFINS nas aquisições de bens e nos serviços contratados, necessários à atividade-fim da Companhia. Em 2011, a Administração, com base na opinião de seus assessores legais, efetuou levantamento de créditos previstos nas Leis anteriormente referidas, compreendendo o período de janeiro de 2007 a dezembro de 2011, mas não apropriados contabilmente na época, devido à sua incerteza em relação à legalidade dos créditos. O total de créditos apurados para esse período foi de R$6.453 (R$3.088 em 2010), sem considerar os efeitos de imposto de renda e contribuição social incidentes. Também foram apurados créditos de ICMS pagos indevidamente sobre transferência de determinados produtos no período de junho de 2006 a junho de 2011, os quais foram apurados e apropriados em 2011.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras:				
Operações com cartões	-	22.070	-	22.070
Operações com produtos financeiros	-	419	-	419
Rendimentos de aplicações financeiras	27.797	23.663	24.573	17.146
Descontos obtidos	6.577	8.227	6.577	8.227
Outras receitas financeiras	3.485	4.992	3.485	4.994
Total	37.859	59.371	34.635	52.856
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	(37.746)	(18.761)	(37.746)	(18.761)
Despesas com letras de câmbio	-	-	(3.981)	(2.294)
Juros passivos	(3.078)	(2.498)	(3.078)	(2.498)
Descontos concedidos	(1.548)	(27.271)	(1.548)	(27.271)
Outras despesas financeiras	(4.779)	(584)	(5.217)	(4.525)
Total	(47.151)	(49.114)	(51.570)	(55.349)

28. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS - Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía 145 (123 em 2010) contratos de locação de lojas firmados com terceiros ou com a sua controladora Guararapes, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de dez anos, sujeitos à renovação. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa da Companhia possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R$110.057 (R$92.404 em 2010). O saldo da rubrica "Arrendamento operacional - locação de lojas", relacionado a aluguéis de terceiros, é de R$12.777 (R$10.358 em 2010) e o saldo a pagar de aluguel a partes relacionadas é de R$8.206 (R$8.182 em 2010). Os compromissos futuros, oriundos desses contratos, a valores de 31 de dezembro de 2011, totalizam um montante mínimo de R$788.376, sendo:

Vencimento	Valor
2012	100.490
2013	99.309
2014	97.384
Demais vencimentos até 2020	491.193
Total	788.376

29. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - Básico - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia. **Diluído** - O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. De acordo com as determinações do pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33, a Administração da Companhia elaborou a tabela a seguir com o intuito de demonstrar a reconciliação do lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010
Numerador básico e diluído-		
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas - R$	135.906	148.308
Denominador básico e diluído-		
Ações disponíveis - mil	549.996	485.292
Média ponderada das ações disponíveis	490.684	485.292
Lucro líquido por ação básico e diluído - R$	0,27697	0,30561

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - a) Gestão do risco de capital - A Companhia pratica operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com a finalidade de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. O gerenciamento dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizados por meio de definição de metas, estratégias e procedimentos de controle definidos pela Administração da Companhia para que tais riscos sejam minimizados a cada exercício social. Além disso, a Companhia gerencia seus recursos, a fim de maximizá-los e assegurar a continuidade de suas operações, da controlada indireta e da controladora, com o objetivo de trazer retorno contínuo aos acionistas e a outras partes interessadas.
Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Total de financiamentos	528.102	368.074	528.102	368.074
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(27.958)	(20.140)	(110.190)	(130.461)
(-) Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda	(224.890)	(346.864)	(161.942)	(194.619)
Dívida líquida	275.254	1.070	255.970	42.994
Total do patrimônio líquido	1.122.933	918.300	1.122.933	918.300
Total do capital	1.398.187	919.370	1.378.903	961.294
Índice de dívida líquida	19,69%	0,12%	18,56%	4,47%

b) Práticas contábeis significativas -Os detalhes das principais práticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido, estão descritos na nota explicativa nº 3.

c) Categorias de instrumentos financeiros

	Companhia (BR GAAP)	
	2011 Valor contábil	2010 Valor contábil
Ativos financeiros:		
Disponíveis para venda-		
Títulos e valores mobiliários	224.890	346.864
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	27.958	20.140
Contas a receber de clientes	590.124	505.254
Total	842.972	872.258
Outros passivos financeiros:		
Financiamentos	528.102	368.074
Fornecedores	410.347	410.377
Total	938.449	778.451

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011 Valor contábil	2010 Valor contábil
Ativos financeiros:		
Disponíveis para venda-		
Títulos e valores mobiliários	161.942	194.619
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	110.190	130.461
Contas a receber de clientes	1.069.666	833.826
Total	1.341.798	1.158.906
Outros passivos financeiros:		
Financiamentos	528.102	368.074
Depósitos e recursos de aceites cambiais	101.922	79.114
Fornecedores	410.381	410.410
Total	1.040.405	857.598

A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota explicativa ocorreu em razão de sua relevância. A Companhia e suas controladas direta e indireta não praticam instrumentos financeiros para fins especulativos. A Administração da Companhia e de suas controladas direta e indireta considera que os instrumentos financeiros registrados em suas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil correspondem substancialmente aos montantes que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado, uma vez que os saldos de contas a receber e fornecedores possuem prazos curtos de vencimento e os saldos da rubrica "Financiamentos" é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (TJLP) e taxas contratuais (nota explicativa nº 19). Os títulos e valores mobiliários registrados pela Companhia foram classificados como ativos financeiros disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos no patrimônio líquido. Os saldos registrados no consolidado, representados por Letras Financeiras do Tesouro - LFTs e Letras do Tesouro Nacional - LTNs da controlada indireta Midway Financeira, estão classificados como títulos e valores mobiliários e disponíveis para venda, reconhecidos pelo valor justo com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no patrimônio líquido. **d) Riscos financeiros -** As atividades da Companhia e de suas controladas direta e indireta estão expostas a alguns riscos financeiros, tais como risco de mercado (taxa de juros e de câmbio), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. **e) Gestão do risco de taxa de juros** - A Companhia e suas controladas direta e indireta podem incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos financeiros praticados, captados no mercado. As aplicações financeiras mantidas pela Companhia e suas controladas direta e indireta possuem condições de contratação atuais semelhantes àquelas em que se originaram, e, portanto, os valores de mercado são iguais aos valores contábeis. **f) Gestão do risco de taxa de câmbio** - O risco cambial da Companhia provém, basicamente, da importação de produtos para revenda. Atualmente, a Companhia não faz nenhum tipo de proteção a possíveis variações cambiais, considerando: (i) curto prazo de pagamento que, em média, é de 60 dias; e (ii) baixo volume de importação, em que uma maxivalorização do dólar norte-americano significaria uma redução das margens desses produtos. **g) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08 -** A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas: • Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais à Companhia. • Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I). • Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente). • Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros.

Risco de taxa de juros (*)

Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Financiamentos BNDES	Alta da TJLP	31.816	39.608	45.529

(*) Passivo com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

Risco de taxa de câmbio (*)

Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivo de fornecedores estrangeiros	Alta do US$	5.535	6.919	8.303

(*) Passivo com variação cambial recalculada conforme cenários anteriormente estabelecidos.

h) Gestão de risco de crédito - As atividades da Companhia compreendem a comercialização de confecções em geral, os artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de seus clientes, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira adotam uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como monitoramento tempestivo dos saldos a receber. A Midway Financeira, que detém os saldos a receber de clientes, apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R$175.433 (R$142.106 em 2010), para cobrir os riscos de crédito. **i) Gerenciamento do risco de liquidez** - A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	410.381	-	-	-	410.381
Financiamentos	157.658	135.640	337.151	22.424	652.873

j) Concentração de risco - Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia ao risco de concentração estão basicamente registrados na rubrica "Contas a receber" relacionados às transações realizadas com a controlada indireta Midway Financeira, que representam 66% (67% em 2010) do total das transações de vendas com cartão de crédito. O restante do saldo é composto entre as administradoras constantes no mercado. Com relação ao risco de crédito nos saldos registrados na rubrica "Títulos e valores mobiliários", a Administração acredita ser limitada a sua exposição, pois as instituições financeiras possuem altos "ratings" de crédito concedidos por agências avaliadoras de crédito.

k) Linhas de financiamento

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010
Saldos bancários a descoberto assegurado:		
Utilizado	148.994	65.403
Não utilizado	980.746	1.094.099
Saldos do BNDES a descoberto assegurado:		
Utilizado	596.787	368.074
Não utilizado	37.800	29.416

l) Valor justo dos instrumentos financeiros - Os títulos e valores mobiliários foram considerados de Nível 1 e o valor justo relacionado a eles foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA para instrumentos similares.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011				
	Valor de mercado				
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total	Valor atualizado	Ajuste a mercado (*)
Letras do Tesouro Nacional - LTNs	161.942	-	161.942	160.372	1.570

	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2010				
	Valor de mercado				
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total	Valor atualizado	Ajuste a mercado (*)
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	22.489	29.236	51.725	51.746	(21)
Letras do Tesouro Nacional - LTNs	142.894	-	142.894	142.991	(97)
Total	165.383	29.236	194.619	194.737	(118)

(*) O ajuste a valor de mercado está registrado na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, líquido dos respectivos impostos.

31. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO - A gestão dos negócios da Companhia, nos âmbitos financeiro e operacional, está amparada nos segmentos denominados "Varejo" e "Financeiro", através de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e tomada de decisão sobre alocação de recursos e/ou investimentos. O segmento Varejo corresponde ao negócio de revenda de mercadorias realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País. O segmento Financeiro corresponde às operações de crédito ao consumidor, concedidas por meio do cartão Riachuelo.

a) Ativos e passivos

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010
Ativos dos segmentos:		
Varejo	2.453.838	2.031.047
Financeiro	1.214.290	1.024.904
Eliminação de operações entre segmentos	(971.897)	(893.183)
Ativos totais consolidados	2.696.231	2.162.768
Passivos dos segmentos:		
Varejo	2.453.838	2.031.047
Financeiro	1.214.290	1.047.176
Eliminação de operações entre segmentos	(971.897)	(915.455)
Passivos totais consolidados	2.696.231	2.162.768

b) Resultados

	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2011			
	Varejo	Financeiro	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	2.447.365	558.640	(4.638)	3.001.367
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.376.601)	(151.791)	-	(1.528.392)
Lucro bruto	1.070.764	406.849	(4.638)	1.472.975
Despesas operacionais	(913.616)	(215.790)	(107.345)	(1.236.751)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	157.148	191.059	(111.983)	236.224
Resultado financeiro	(9.292)	(10.682)	3.039	(16.935)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	147.856	180.377	(108.944)	219.289

	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 2010			
	Varejo	Financeiro	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	2.190.137	384.287	(3.758)	2.570.666
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.271.857)	(71.327)	-	(1.343.184)
Lucro bruto	918.280	312.960	(3.758)	1.227.482
Despesas operacionais	(750.953)	(160.647)	(79.712)	(991.312)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	167.327	152.313	(83.470)	236.170
Resultado financeiro	10.257	(12.810)	60	(2.493)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	177.584	139.503	(83.410)	233.677

32. PLANO PREVIDENCIÁRIO - Em dezembro de 2011, a Companhia e as controladas direta e indireta contratou a BrasilPrev Seguros e Previdência S.A. para administrar o plano de previdência complementar denominado "Riachuelo PREV", que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes e aos seus beneficiários uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o estabelecido em contrato. O plano é de contribuição definida e é aberto para a participação todos os funcionários, mediante desconto em folha de pagamento. Por ser um plano de contribuição definida, possíveis riscos atuariais (riscos de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e os riscos de investimento (risco de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelos empregados e não pela Companhia, além de não possuir nenhum benefício pós-aposentadoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as contribuições efetuadas pela Companhia e por suas controladas direta e indireta e pelos participantes estão apresentadas a seguir:

	Companhia (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Contribuições da Companhia	574	605
Contribuições dos funcionários	593	627
Total	1.167	1.232

33. COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES E DIREITOS CONTRATUAIS
Os compromissos, as obrigações e os direitos contratuais, dados ou recebidos, não registrados no balanço em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

Natureza	Valor
Compromisso e/ou obrigação-	
Carta de fiança concedida por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	12.122

34. COBERTURA DE SEGUROS - A Companhia contratou em 2011 seguros contra incêndio para os três Centros de Distribuição (São Paulo, Natal e Manaus), com cobertura para as instalações, os equipamentos e as mercadorias. Para as lojas, é mantida a política de não contratar seguro contra incêndio, levando em consideração o aspecto dos imóveis comerciais (grande maioria localizada em shopping centers) e correspondentes estoques de produtos segregados fisicamente. Não há histórico de incêndios que tenham trazido perdas relevantes. Os valores contratados são baseados em opinião dos consultores de seguros, para fazer face aos riscos envolvidos.

35. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA - A Administração da Companhia define como caixa e equivalentes de caixa valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Os saldos que compõem essa conta estão representados conforme nota explicativa nº 5. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Dividendos propostos	32.278	35.222	32.278	35.222
Compensação de imposto de renda com impostos a recuperar	-	2.139	-	-

36. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A Diretoria da Companhia revisou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, com base nas discussões subsequentes, concorda que tais demonstrações refletem adequadamente todos os aspectos relevantes e a posição patrimonial e financeira correspondentes ao exercício apresentado, autorizando sua conclusão em 9 de março de 2012.

DIRETORIA

Flavio Rocha - *Presidente*
Newton Rocha de Oliveira Jr. - *Diretor Superintendente*
Oswaldo Aparecido Nunes - *Diretor Comercial*
Pedro Roberto de Siqueira - *Diretor de Patrimônio*

CONTADOR

Ricardo Hidemi Matsuguma
CRC - 1SP 096098/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Lojas Riachuelo S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lojas Riachuelo S.A. ("Companhia"), identificadas como Companhia e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lojas Riachuelo S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Lojas Riachuelo S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase
Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

São Paulo, 9 de março de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Eduardo Franco Tenório
Contador - CRC nº 1 SP 216175/O-7

Deloitte.